Março/Abril de 1985

Editado pela Fundação Nacional próMemória
Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Ministério da Cultura
Rua Pacheco Leão, 2040 — Horto Florestal
Rio de Janeiro — RJ — 22.460

SPHAN 35

próMemória

ISSN 0101 — 3467

Museu do Ouro: um espaço comunitário ligando passado e presente





Arquivo Museu do Ouro

Alguém disse uma vez que Sabará possui uma certa magia. Algo que atrai, emociona e absorve os que por lá passam. Talvez seja essa magia também responsável pelos esforços despendidos pela comunidade no sentido de fazer daquela cidade não só o dormitório de pessoas que moram a 30km da capital do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, mas um pólo de produção cultural de valor reconhecido, oriundo do Ciclo do Ouro, época em que, ainda Vila, ocupava geograficamente mais de 2/3 de toda a capitania.

Em consonância com essa postura está o Museu do Ouro — única Casa de Intendência e Fundição ainda existente no país totalmente preservada em suas características originais — que decidiu dialogar com a comunidade sabarense objetivando fortalecer a luta pelo resgate do legado cultural da cidade, esquecido ou pouco lembrado com o passar dos anos. Ao Museu do Ouro coube a responsabilidade de participar do processo educativo/cultural de Sabará.

Sem abandonar seus princípios básicos de coletar, pesquisar, conservar e expor, o Museu do Ouro de Sabará resolveu descer a Intendência — rua em que se localiza — e ampliar sua atuação, deixando de ser apenas um local reservado a turistas para ser uma agência cultural que liga a comunidade às suas raízes e ao seu patrimônio

Não com um passe de mágica, mas com muita luta e vontade dos profissionais do Museu, dos órgãos municipais, liderados pela Prefeitura, e principalmente pela população, os resultados começaram a surgir positivos. Hoje, atuando através de monitorias e por colaboração voluntária, o Museu do Ouro coloca em prática o projeto Museu/Escola, voltado para a clientela infanto-juvenil, repassando técnicas de aprendizado não formal, utilizando como instrumento o Museu, a história, o contexo cultural-regional, as artes plásticas, o teatro e o artesanato. Dessa forma a cidade passou a tomar consciência do Museu, que transformou-se, segundo sua responsável, Maria Luíza Querini, em "consultório cultural".

"Atualmente sobem a Intendência padres, professores, grupos de folclore, historiadores, garimpeiros, artesãos, artistas plásticos, restauradores, jornalistas, pais e alunos. As visitas orientadas das escolas de 1.º e 2.º graus também ganharam novo alento. O Museu do Ouro é o objeto/testamento como verdadeiro elo de ligação entre o passado e o presente. É a criança e o adolescente questionando e vibrando, é o público despertando, enfim, o Museu vivo e dinâmico, contemporâneo, comprometido com seu tempo", acrescenta Maria Luíza.

As práticas culturais, segundo a Museóloga, adquiriram um novo ânimo em Sabará, como por exemplo na promoção de eventos voltados para a comunidade, desde os dedicados ao público infantil até ao de terceira idade — carinhosamente chamado de "avançado" — dentro de princípios democráticos de união de esforços e cooperação mútua entre as entidades culturais e a população. Isso se reflete através da preocupação central do Museu do Ouro de realizar uma ação que leve, cada vez mais, a comunidade a participar do seu processo cultural, "onde cada elemento se reconheça e se responsabilize por si e pelo grupo a que pertence".

Um programa simples e democrático

O Programa Educativo e Cultural do Museu do Ouro segue orientação do Programa Nacional de Museus, que passou a ser implantada a partir de 1980, vindo a desenvolver várias ativi-

dades educativo-culturais, em caráter experimental, não convencional, no Município de Sabará.

Segundo os coordenadores do trabalho ora desenvolvido em Sabará, a proposta chegou num bom momento, pois a cidade atravessa grandes dificuldades sociais, econômicas e políticas, e o programa do Museu do Ouro vem preenchendo uma lacuna, uma espécie de alento e esperança para a comunidade.

Filhos de Sabará, Alexandre Magalhães, Coordenador do setor educativo, e José Arcanjo do Couto Bouzas — o Zezinho — Coordenador do setor cultural, definem o trabalho como uma complementação da atividade proposta pelo Ministério da Cultura, adaptada à realidade histórica e cultural da cidade. "Não acreditamos que haja uma receita de programa que possa valer ao mesmo tempo para Sabará, Serro, São João Del Rei ou Ouro Preto. E o nosso tem características próprias. Nós temos feito muitos resgates de técnicas tradicionais de produção cultural através do sistema de monitores, que consiste no aproveitamento profissional de pessoas da cidade, que dominam determinada técnica ou possuem vastos conhecimentos históricos, no sentido de repassá-los para o restante da população", argumenta Alexandre.

O fato de os profissionais do Programa serem moradores de Sabará é considerado de grande importância pelos coordenadores. Segundo eles, contar com pessoas intimamente ligadas à vida da cidade é fundamental para um trabalho que visa a produção cultural, através da sensibilização comunitária: "o que fazemos agora em Sabará é um aprimoramento do que já fazíamos amadoristicamente. A prόMemória, através do Museu do Ouro, nos deu o instrumental necessário para dar continuidade a um trabalho que já vinhamos desenvolvendo, em escala menor, junto às entidades locais, como a Casa de Cultura e o Conselho de Artes, de forma a movimentar a vida cultural da cidade, utilizando o teatro, o turismo e as artes em geral. Movimentos culturais sempre existiram em Sabará. Achamos que faltava apenas as pessoas trabalharem mais coesas, em torno do mesmo objetivo", concordam Alexandre e Zezinho.

Casa de Borba Gato

Para pôr em prática o Programa Educativo e Cultural era necessário ter um local que fosse o ponto de encontro, criação e debate da comunidade, já que o Museu do Ouro não possuía espaço para tal. O local escolhido foi um imóvel tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 17 de junho de 1938, o sobrado denominado — sem nenhuma base histórica — Casa de Borba Gato, localizado na antiga rua da Cadeia.

Exemplar do período colonial, presumivelmente da primeira metade do século XVIII, sofreu, no correr dos últimos anos, várias descaracterizações pelo uso inadequado, por parte do proprietário. Diversas adaptações e acréscimos foram executados, contribuindo para danos à segurança da estrutura, em barro e madeira, e comprometendo seu valor arquitetônico.

A comunidade, no entanto, ciente da importância do imóvel retomou-o, com auxílio de três empresas locais, responsáveis pelo aluguel, para dar a ele o uso devido. Mesmo estando o prédio em nível precário de conservação — escorado por estacas em alguns pontos — é lá que funciona grande parte do programa do Museu do Ouro. É lá que boa parte da população se reúne para ter idéias, trocar experiências e decidir sobre os diversos planos de atuação comunitária da cidade. É lá também que funciona a "lojinha": um cômodo do andar térreo onde são expostos e vendidos os trabalhos artesanais realizados pelas crianças, jovens e adultos participantes do Núcleo de Artesanato do programa.

"Esta casa representa a luta de uma comunidade, na conquista de um espaço que lhe é de direito. Acredite conosco. Lute com a gente". Fixada em uma parede do "hall" de entrada do sobrado, esta mensagem demonstra a importância que possui a Casa de Borba Gato para os sabarenses.

Artesanato

Ensinar técnicas de trabalhos manuais de maneira dinâmica e democrática é o principal objetivo do Núcleo de Artesanato, um dos mais antigos do Programa Educativo e Cultural do Museu do Ouro.

Nas dependências da Casa de Borba Gato, Dona Nilza Starling de Almeida recebe semanalmente um grupo de meninas que junto a ela iniciaram, no ano passado, o resgate da técnica de confecção em papel, das tradicionais palmas utilizadas para decoração de igrejas. Esta produção, característica da cidade e que esteve esquecida, atualmente toma grande impulso, reforçada por várias igrejas e turistas, que adquirem as palmas de Sabará, motivando cada vez mais a permanência da atividade.

A nível de atuação comunitária, Dona Nilza considera a confecção das palmas de grande valor: "sempre tive vontade de passar para a comunidade o que aprendi, ser útil, e acho que agora estou conseguindo o que queria. Acho que as meninas envolvidas no processo gostam do que fazem. Elas têm possibilidade de viver em grupo e ao mesmo tempo aprender um ofício que pode dar opções de ajuda no orçamento familiar de cada uma delas, já que são crianças carentes e moram na periferia da cidade".

Sobre a importância da confecção das palmas, Dona Nilza é apoiada por suas "alunas" — os coordenadores e monitores do programa não gostam do termo porque não atribuem ao trabalho uma característica formal, uma relação entre professor e aluno: Verlaine, 12 anos, diz que "é bom ver nosso



Arquivo Museu do Ouro

Palma produzida pelas meninas do Núcleo de Artesanato e novamente integrada às atividades religiosas de Sabará

trabalho ser útil para os outros. Nós temos encomendas de vários lugares, como Brasília, Ouro Preto e outros".

— O que sua mãe acha de sua participação no programa do Museu do Ouro?
"Ela acha muito legal, porque a gente quando crescer já sabe fazer alguma coisa. Já tem um trabalho".

— E você, Cíntia — 12 anos — o que faz do dinheiro que recebe com a venda das palmas?
"Eu compro os livros para a escola e quando precisa ajudo em casa também".



Arquivo Museu do Ouro



Foto Alexandre Magalhães

Dona Nilza tem outras ocupações no Núcleo de Artesanato: o curso de bordado para senhoras nos bairros periféricos de Fogo Apagou e Morro da Cruz e o curso de renda turca, técnica antiga em extinção, somente do conhecimento de uma senhora de 89 anos, que se preocupava com o fato de morrer e não deixar herdeiros para o repasse da técnica típica na cidade. Na periferia, os cursos são dados numa garagem ou na casa de algum participante, mas o local, segundo Dona Nilza, não tem importância: "não importa onde trabalhar, o que vale é a beleza dos trabalhos que são feitos por pessoas que têm muitas dificuldades na vida e que encontram no artesanato um momento de tranqüilidade e esperança".

— Antônio Lisboa, o que é Educação pelo Trabalho? — área que ele monitora.
"A princípio, educar pelo trabalho não consiste somente em atuar junto às crianças da forma que se pode chamar de terapia educacional, mas sim a partir do momento em que, durante uma atividade de trabalho, o monitor cuida para que os assuntos levantados, até mesmo num bate-papo, sejam os mais educativos possíveis".

Lisboa mesmo antes de ir para o Museu do Ouro instintivamente já realizava um trabalho parecido com o de hoje. Sendo artesão de valor reconhecido na cidade, trabalhava na confecção de esteiras de taquara — planta originária da região — em sua chácara na periferia de Sabará. Sendo interessante o artesanto que produzia, chamava a atenção de diversas pessoas da redondeza que lá ficavam observando o trabalho do artista. E assim faziam perguntas, que Lisboa respondia quase didaticamente.

Ao ser convidado pelo Museu do Ouro, esse contato com os curiosos passou a ser mais pontual e conseqüente. Adultos, adolescentes e crianças passaram a se reunir todos os dias na chácara para aprender o tão interessante ofício e desfrutar da merenda oferecida pelo CIAME — Centro Integrado de Atendimento ao Menor, filiado à FEBEM, que mantém convênio com o Museu: "na sala, eu colocava os menores em idade pré-escolar e passava exercícios de coordenação motora. Na varanda, eu colocava as crianças de até treze anos que faziam maquetes, telhas pintadas, cestos e balaios e lá fora, no jardim, eu mantinha os adolescentes e adultos, que ficavam tecendo objetos maiores".

Durante esse período, algumas modificações foram introduzidas na chácara pelos próprios menores. Houve uma ampliação na varanda para dar mais espaço para trabalhar e eles também se encarregaram de represar um córrego que passa ao lado da casa, fazendo uma piscina de água natural, dando mais uma opção de lazer, que também é orientada dentro do Núcleo.

Atualmente, esse trabalho não é mais possível na chácara. Um corte de verbas, por parte da FEBEM, dificultou o processo de fornecimento de merenda para os carentes. Lisboa foi então convidado a levar sua turma para a sede do CIAME, e comenta: "se por um lado foi bom, por outro houve uma quebra do espírito do programa. Na minha casa eu tinha condições de atender faixas etárias diversas ao mesmo tempo; no CIAME tinha que separar, o que não acho muito bom, porque a mistura de idades estimula o desenvolvimento intelectual e enriquece o valor da convivência em grupo".

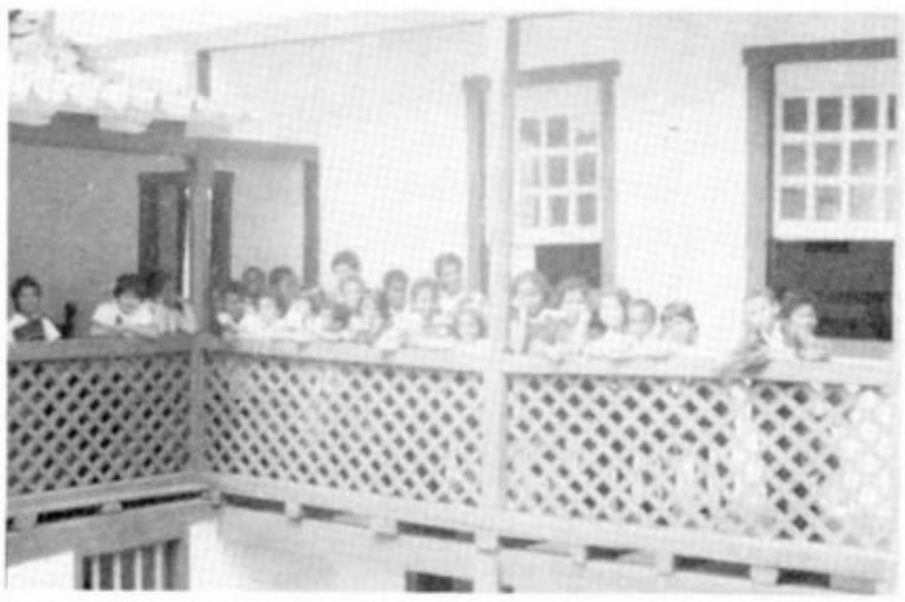
SPHAN 35
*pró*Memória



Arquivo Museu do Ouro



Foto Alexandre Magalhães



Arquivo Museu do Ouro

Apesar dos problemas, Lisboa continua a fazer o mesmo trabalho de antes. Além de ensinar as diversas técnicas artesanais de que tem cohecimento, promove passeios às casas que vendem produtos de tecelagem, "para dar a eles a visão de que o que fazem tem valor, inclusive comercial", excursões para colher material, "porque a taquara dá em lugares normalmente de dificil acesso" e visitas aos monumentos históricos da cidade, principalmente ao Museu do Ouro, para que os jovens tomem contato maior com a sua história.

Após ter que abandonar o atendimento aos adolescentes em virtude da transferência do Núcleo, Lisboa só voltou a trabalhar com essa faixa etária a partir de março deste ano, no curso de empalhamento e conserto de móveis, que tem como finalidade a criação de uma cooperativa, em que os trabalhos produzidos e vendidos tenham os lucros divididos entre os associados. E o começo foi o mais estimulante possível: o grupo foi contratado para refazer toda a forração de palhinha dos móveis da Prefeitura.

Lisboa justifica a realização do curso pelo alto índice de desemprego que atinge sobretudo os adolescentes marginalizados, geralmente desprovidos de conhecimentos técnico-profissionais, fazendo com que estes fiquem ociosos ou assumam serviços braçais, às vezes prejudiciais ao seu desenvolvimento fisico e mental. Esta atividade, segundo ele, possibilitará também condições para que esses menores contribuam para o orçamento familiar, já que possuem alto nível de carência.

O monitor diz também que o trabalho por ele desenvolvido é uma forma de suprir uma deficiência de formação da juventude. Ele afirma já ter passado momentos observando o comportamento de crianças e adolescentes dos bairros periféricos e constatou que é muito comum, às três horas da tarde, encontrar cerca de dez jovens reunidos praticando jogos de azar. Nos intervalos, o diálogo trata de violência, as atitudes são sempre agressivas. "Ao passo que em outro ambiente, como o Núcleo do Museu, por exemplo, isso não é reprimido, mas trabalhado de forma que eles alcancem um novo tipo de relacionamento humano", explica Lisboa.

Teatro e desenho

— Sérgio — monitor de Teatro — como funciona o Núcleo de Teatro em termos práticos?

"Depende muito do tipo de trabalho. No 'Natal na Esquina', por exemplo, espetáculo que desenvolvemos com crianças de nove a doze anos, começamos apoiados pelo Núcleo de Desenho, aguçando a percepção dos 'atores' através do desenho e montagem de maquetes. Após essa fase, iniciamos com as crianças o trabalho com teatro propriamente, adotando um sistema de rotatividade, em que ninguém tem personagem definido até o começo da série de ensaios gerais — nas dependências da Casa de Borba Gato. A peça mostra um presépio composto por pessoas comuns, como lixeiro, pedreiro, empregada doméstica, que se reúnem numa esquina para comemorar seu Natal. Eu, como diretor da peça, não exigi nada das crianças, deixando que desenvolvessem seu trabalho da forma que achassem melhor. Apenas sugeri que passassem a observar no dia-a-dia os comportamentos desses personagens para que pudessem atuar

com maior desenvoltura. O espetáculo foi um sucesso".

O Núcleo de Teatro, que conta com dois monitores, iniciou suas atividades logo na abertura do Programa Educativo e Cultural do Museu do Ouro. Explorando basicamente a história de Sabará, não só aspectos do passado como atuais, procura fazer do teatro um veículo por onde, principalmente, os jovens entendam o seu contexto social e a partir daí desenvolvam-se intelectual e culturalmente. "Este processo complementa-se com a pesquisa que é realizada por cada grupo que participa do Núcleo. São feitas entrevistas com pessoas idosas e visitas aos monumentos da cidade na busca de informações para a ampliação da consciência dos jovens", explica Carla Berenice Starling de Almeida, monitora de Teatro.

— Sérgio, o trabalho que você e Carla executam no Núcleo sempre culmina com a montagem de uma peça?
"Sim, sempre acontece uma apresentação, apesar de essa não ser a nossa finalidade. O teatro que oferecemos é mais uma sensibilização através da arte. O que queremos na verdade é utilizar o teatro, uma comunicação 'quente', vibrante e direta, como instrumento de apoio no desenvolvimento do povo sabarense. Daí o nosso não compromisso em formar atores, mas, se acontecer, melhor ainda. Inclusive já passamos por essa experiência. Existem pessoas que iniciaram aqui conosco e que hoje atuam profissionalmente".



— Qual a importância do teatro dentro de Sabará?
"De 1968 até 72 tivemos em Sabará um grande movimento cultural" — explica Zezinho, Coordenador do setor cultural do Museu do Ouro. "Nessa época foram desenvolvidas várias coisas, dentre elas a intensificação do teatro amador, que tomou força e chegou a fazer espetáculos até mesmo em Belo Horizonte. Depois desse bom período, no entanto, começou a haver uma queda na produção teatral, ficando a cidade num marasmo, com poucas pessoas cuidando do teatro local. Com o surgimento do programa do Museu do Ouro, novo campo foi aberto para incentivar as artes cênicas dentro de Sabará. Hoje temos renovadas as esperanças de solucionar nosso problema de mão-de-obra".





O Núcleo de Desenho funciona na Casa de Borba Gato, com crianças e adolescentes, explorando principalmente a arquitetura da cidade. São feitos diversos passeios às igrejas e outros monumentos de Sabará, em que os jovens ficam por algumas horas observando e procurando retratar os objetos propostos. Essa prática é desenvolvida por algum tempo, mas o trabalho não se encerra aí. "Do próprio desenho feito pode-se evoluir para uma colagem, depois para uma montagem, até a feitura do objeto desenhado, ou seja, uma maquete", explica Humberto, monitor do Núcleo de Desenho.

Este Núcleo está ampliando sua atuação na cidade. Recentemente, a Direção do Museu do Ouro fez uma acordo com a Prefeitura Municipal de Sabará para fortalecimento da cadeira de Educação Artística nas escolas da periferia. O primeiro bairro a ser favorecido é o Pompéu. O Museu enviará a monitora Sônia para trabalhar juntamente com as professoras das turmas de 1.º grau. Se a experiência tiver êxito, será estendida a outras escolas da região.



Fotos: Arquivo Museu do Ouro

Março/Abril de 1985

SPHAN 35

*pró*Memória



Fotos Pedro Lobo

Uma Jóia de Museu

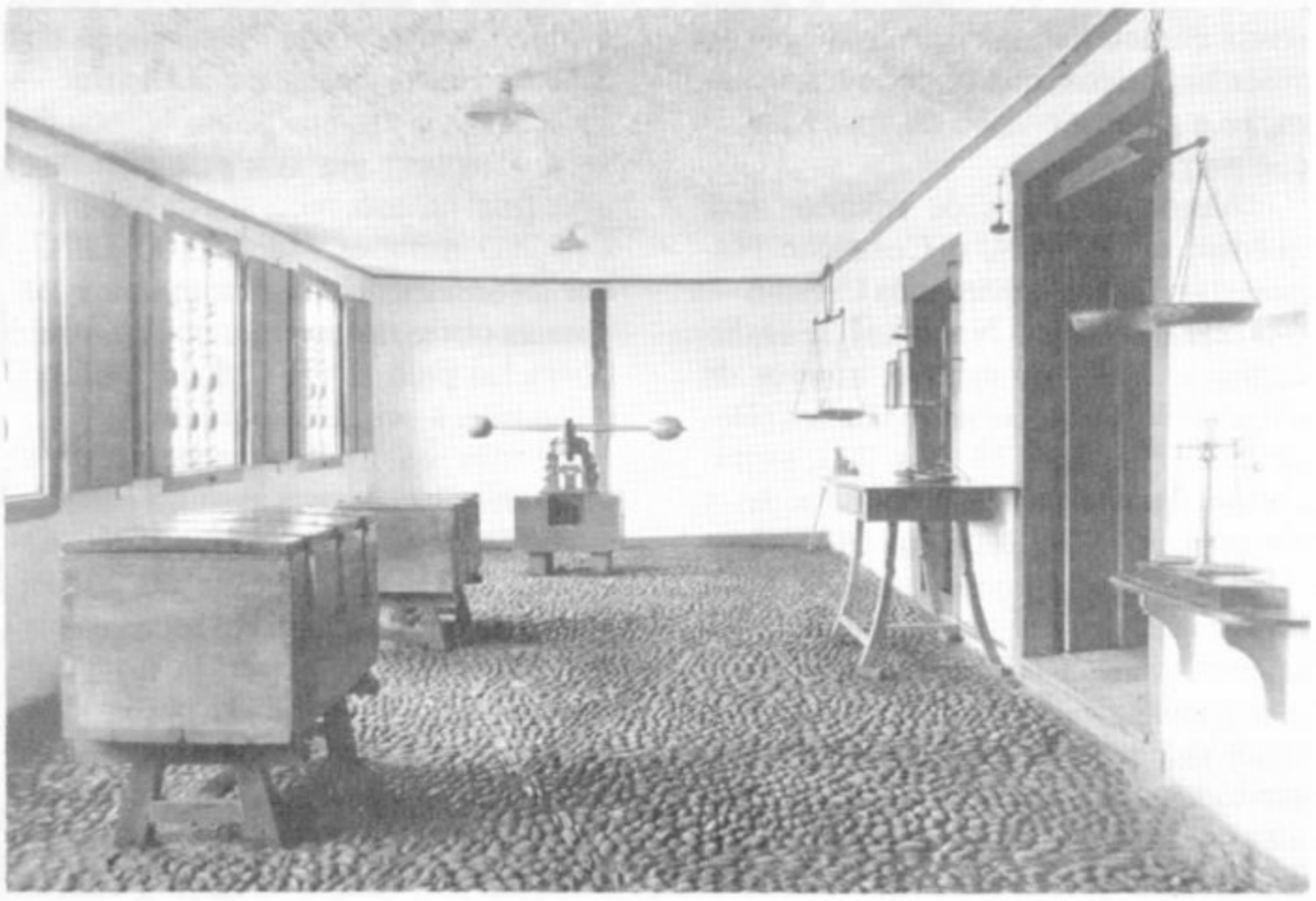
Única Casa de Intendência e Fundição que mantém suas características originais, após apuradas obras de restauração, se converteu em Museu do Ouro em 23 de abril de 1945, tendo como finalidade expor objetos de valor histórico e artístico relacionados com a indústria da mineração, atendendo aos aspectos principais da sua evolução, da sua técnica e da sua influência no progresso econômico e social do Estado de Minas Gerais e conseqüentemente de todo o Brasil.

Com a localização da biblioteca, mobiliário e peças de arte no segundo andar da casa e a distribuição, pelo térreo, da documentação relativa ao trabalho minerador, o Museu do Ouro, considerado "um modelo de museografia", mostra objetivamente as características do passado em que o Intendente residia na parte superior do imóvel e, da varanda, controlava o vaivém dos mineradores na parte inferior, onde localizavam-se a Intendência e Fundição.

O Museu do Ouro abriga uma valiosa coleção, com aproximadamente quinhentas amostras de minério, conhecida internacionalmente como Red Cross, *doada por G. A. Chalmers, um dos fundadores da Mina de Morro Velho. A antiga prensa de cunhar barras nunca saiu do prédio, permanecendo onde sempre funcionou. Em cofre de ferro adaptado para vitrina, ao lado de inúmeras jóias de ouro, são mostradas barras com o timbre da Fundição de Sabará. No pátio dos fundos há um engenho de triturar minério, movido a água, projetado e construído pelo Barão de Eschwege, no século XIX. Também recebem destaque no acervo do Museu do Ouro maquetes referentes às diversas fases e formas de mineração, que reconstituem didaticamente o trabalho de exploração de minério, desde sua extração.*

O prédio ocupado pelo Museu — datado de 1730, conforme se deduz de carta assinada pelo mestre de campo Faustino Rabelo Barbosa, seu construtor — foi a sede da Casa de Intendencia e Fundição da Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará. Extinta sua função pelo Imperador D. Pedro I, em 1833, o casarão ficou abandonado até fins do século XIX. Acabou sendo arrematado em hasta pública e convertido em colégio pelo professor Sétimo de Paula Rocha. Com a morte deste, passou à propriedade da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira e em 1938 o dirigente da empresa, Louis Ensch, fez sua doação ao então Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

O velho sobrado conserva ainda hoje suas características primitivas. De adobe, com o piso do primeiro andar calçado de seixos rolados, possui magnífico pátio interno avarandado e teto pintado com o motivo dos quatro continentes na sala principal.





Arquivo SPHAN

Revitalização de Núcleos Históricos tem Olinda como projeto-piloto.

Quem passeia pelas ruas de um centro histórico brasileiro certamente fica admirado com a beleza das fachada coloniais ou neoclássicas do casario, apesar de sua provável falta de conservação, sem imaginar que o interior dessas residências, em boa parte dos casos, não oferece condições mínimas de ocupação. Problemas que vão desde a ausência de banheiros internos até a simples falta de segurança de telhados ou paredes, ameaçados de ruína, situação agravada pela baixa renda característica dos moradores de sítios históricos, que impede a recuperação e a conservação de suas habitaçõe patrimoniais.

Numa tentativa de reverter este quadro, a SPHAN, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano — CNDU e o Banco Nacional da Habitação — BNH uniram-se, através de um acordo de cooperação técnica (Boletim SPHAN n.º 25, pág. 21), e criaram o Programa de Recuperação e Revitalização de Núcleos Históricos — PRNH, que começa agora a ser implantado, na forma de projeto-piloto, em Olinda (PE). O programa prevê a inclusão de 48 núcleos históricos tombados pela SPHAN/próMemória em todo o país, além dos tombados a nível estadual e municipal, possivelmente através da elaboração de uma linha de crédito especial no âmbito do BNH que atenda sistematicamente a demanda dos núcleos históricos.

Com a implantação a cargo da Fundação Centro de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda — FCPSHO, o projeto-piloto Olinda deverá consumir em sua primeira fase, até o final do ano, recursos da ordem de Cr$ 280 milhões (11.470,00 UPC), em levantamentos preliminares e pequenas obras de emergência. Já foram liberados pelo BNH Cr$ 65 milhões, referentes à primeira parcela.

Entre os muitos aspectos deste programa, um deverá assumir especial significado: a democratização das decisões, através de uma efetiva participação da comunidade em todas as etapas do trabalho. Sugerida no plano preliminar, a questão da partcipação acabou transformando-se em premissa fundamental para sua execução, durante a semana de debates promovida pela Prefeitura Municipal de Olinda, em março último, com o objetivo de colher subsídios para o projeto-piloto.

O projeto

Idealizado em 1982 pela SPHAN, a partir da constatação de que a política de preservação do patrimônio histórico sempre priorizou a recuperação de monumentos isolados, pela limitação dos recursos, o Programa de Recuperação e Revitalização de Núcleos Históricos tem como princípio, de acordo com seu documento básico, a preservação das áreas urbanas históricas como um todo, que possuam igual valor cultural e ambiental ao dos monumentos nelas existentes, de forma integrada. Isto significa estimular as condições sócio-econômicas, culturais e políticas destes núcleos, visando melhorar a qualidade de vida das comunidades destas áreas simultaneamente à recuperação das habitações, como forma de manter a população original em seu espaço.

Participam do projeto, através do acordo MINTER/MEC, o BNH e o CNDU, pelo Ministério do Interior, atual Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, e a SPHAN/prόMemória, pelo hoje Ministério da Cultura. No caso de Olinda, participam ainda a Fundarpe, pelo Estado, e a Secretaria de Planejamento de Olinda, pelo Município. Todas as entidades estão representadas numa comissão inter-órgãos, encarregada de acompanhar e fiscalizar a implantação do projeto. O Ministério do Interior é responsável pelo apoio financeiro ao programa, enquanto a SPHAN/prόMemória cuidará principalmente da parte técnica e administrativa do projeto a nível nacional e, através de sua 4.ª DR e seu escritório técnico de Olinda, a nível local, além de cuidar da aplicação da experiência em outros 48 núcleos históricos espalhados pelo país.

A expansão do PRNH para os demais sítios históricos poderá ser feita naturalmente, a partir da criação de uma linha de crédito apropriada no âmbito do BNH (CPHAN — Carteira de Programas para a Recuperação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), prevista no projeto, que estaria de acordo com as características técnicas específicas das habitações patrimoniais.

Em linhas gerais, o PRNH abrange cinco ações básicas em seu desenvolvimento: levantamento, análise e cadastramento das habitações, que vai orientar as intervenções; o desenvolvimento comunitário, no sentido de sensibilizar e envolver a comunidade na ação de revitalização; a regularização e a aquisição de imóveis, necessários para dar suporte à realização dos projetos e proteger os sítios da especulação imobiliária, criando condições, através de medidas legais, para que os moradores adquiram e conservem suas casas; a recuperação e a restauração dos imóveis, a etapa de obras do programa que será orientada segundo o estado de conservação das edificações, seu grau de interesse — histórico, artístico, arquitetônico, ambiental e social — e suas condições de uso, atual e previsto; e a integração das ações setoriais de incentivos às atividades produtivas, instalação de equipamentos urbanos de uso comunitário e melhoria dos serviços em geral, medidas que elevam o padrão de vida dos moradores e incentivam a sua permanência no sítio histórico.

Projeto-piloto Olinda

Cidade patrimônio cultural da humanidade, Olinda completa 450 anos em 1985. Em 1983 ela foi escolhida para sediar o projeto-piloto que testaria o programa de revitalização, por causa da estrutura institucional existente, a nível municipal, e da experiência acumulada na área patrimonial, resultado do trabalho desenvolvido pela Fundação Centro de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda, criada em 1979 como parte integrante do Sistema Municipal de Preservação da Prefeitura. O órgão foi eleito agente promotor do programa, com o encargo de elaborar os projetos, executar e fiscalizar as obras, bem como os programas paralelos.

Na ocasião, já estava em andamento o Inventário do Casario do Sítio Histórico de Olinda, realizado por iniciativa da Fundação, que envolveu 327 imóveis, sendo que em 101 destes, pelo seu caráter excepcional, foi feito um rigoroso levantamento arquitetônico. Estas informações foram utilizadas na elaboração do plano preliminar de trabalho e na definição das áreas-piloto de intervenção. Coordenados na época pelo arquiteto Antenor Vieira de Melo Filho, os também arquitetos Dulcinéia Schunck e Marcelo Brito elaboram o plano assessorados por Vera Bosi de Almeida, da SPHAN/prόMemória.

O detalhamento do plano preliminar resultou em 36 subprogramas, voltados para os aspectos físicos, legais, sociais, econômicos e culturais da revitalização de Olinda. A parte física prevê a melhoria das condições de saneamento básico, já que inexiste rede de esgoto no centro histórico, que corre a céu aberto nas casas que não possuem fossas; recuperação de vias e calçadas, construídas em pedra, que estão em péssimo estado; a ampliação da ilumi-



Moradia da Rua do Amparo, com banheiro externo. Exemplo de saneamento precário.



Construção que sofreu descaracterização, de feitio modernizante, considerada de gosto duvidoso

Fotos: Ulisses Lacava

nação pública e melhoria das redes elétricas, que passariam a ser subterrâneas para valorizar a estética do conjunto; e ainda a recuperação dos serviços de telefonia, da topografia, do paisagismo e das áreas públicas de lazer, além das intervenções de restauração nos imóveis.

Do ponto de vista legal, o plano preliminar propõe medidas de suporte jurídico à implantação do programa, quanto à ordenação do espaço e suas edificações, como a lei de congelamento do uso do solo, a lei de incentivos fiscais — que seriam dados aos moradores que conservam suas residências — um plano de legalização das propriedades e um novo código de obras.

Os programas de ordem econômica do plano-piloto visam promover a geração de empregos e de mão-de-obra, através de obras-escola, e a geração de renda, através do apoio às microempresas, cooperativas, ao artesanato e à hospedagem domiciliar, voltada para o turismo. A cultura será estimulada com programas de recuperação e inventário dos bens imóveis, documentação histórica e fotográfica, o que inclui a divulgação dos resultados obtidos com a execução do plano para dar subsídio à sua implantação em outros núcleos históricos, além do apoio às manifestações culturais locais.

Como áreas-piloto para a implantação do PRNH em Olinda, foram sugeridas no plano preliminar as regiões do Amparo, Bonsucesso, Bonfim e São Pedro, incluindo imóveis de uso residencial e misto, agrupados no entorno das igrejas de mesmo nome. Os critérios utilizados foram a necessidade de urgência, a importância dos conjuntos e os levantamentos existentes. A proximidade entre as quatro áreas também foi considerada, na medida em que possibilita o desencadeamento de um processo multiplicador das intervenções, influenciando os arredores que posteriormente passariam a integrar o projeto.

Amparo

A região do Amparo, proposta como primeira área de implantação, exemplifica bem a complexidade que será enfrentada na prática pelo programa. Um polígono com 77 casas, situadas em torno da Igreja e do Largo do Amparo, foi determinado pelas pesquisas, duas, realizadas pela FCPSHO no local. O primeiro levantamento referiu-se ao Largo, enquanto o outro, à quadra limitada pelas ruas do Amparo, Bica dos Quatro Cantos e Joaquim Cavalcanti.

Constatou-se que mais da metade dos moradores habita o Amparo há mais de cinco anos e são proprietários de suas residências, portanto teriam grande interesse em melhorar suas condições de habitação; estão impossibilitados, porém, na medida em que 69% das famílias têm renda de até cinco salários-mínimos. Muitas casas estão em estado grave de conservação — um grupo de sete moradores encaminhou um pedido à Fundação, durante o painel de debates, solicitando providências porque as fachadas de suas casas haviam se desligado dos respectivos telhados e ameaçavam cair sobre a rua. Não há saneamento básico e a má distribuição interna gera verdadeiras sub-habitações.



Casa do Largo do Amparo, em ruínas



Ao mesmo tempo, o Amparo é um conjunto que conserva muitas características arquitetônicas valiosas, como os beirais das casas e as portas e janelas treliçadas, que são marcantes do século XVIII. A Igreja de Nossa Senhora do Amparo, fechada e em mau estado de conservação, foi reconstruída a partir de 1644, após o incêndio provocado pelos holandeses em 1631, mas sua decoração interior é dominantemente do XIX. A maioria do casario é do século XVIII e do XIX, mas obedeceu aos arruamentos originais dos séculos XVI e XVII.

O programa sugere o aproveitamento da Igreja do Amparo como obra-escola, como forma de despertar a atenção da comunidade e repassar os conhecimentos especializados do campo da restauração, formando mão-de-obra para as demais intervenções.



Fotos Ulisses Lacava

Rua do amparo. Área-piloto de implantação do programa.

Painel de debates

Definido o plano preliminar, o passo seguinte foi a apresentação da proposta para discussão. Entre os dias 18 e 22 de março, cerca de trinta entidades ligadas à cidade ou à questão da preservação cultural foram convidadas a dar sua contribuição num painel de debates organizado pela Prefeitura Municipal de Olinda, que teve lugar no recém restaurado Palácio dos Governadores, atual sede da Prefeitura.

Durante cinco dias, quatro grupos de estudo discutiram os aspectos legais e jurídicos, técnicos, financeiros e a participação da comunidade. Participaram representantes de órgãos do Governo Federal envolvidos, do Governo Estadual, o Instituto dos Arquitetos do Brasil/seção Pernambuco, entre outros; e do município, como as várias secretarias da Prefeitura de Olinda, além de associações de moradores, como a SODECA — Sociedade de Defesa da Cidade Alta, blocos carnavalescos e pessoas interessadas.

O encontro foi aberto por José Arnaldo do Amaral, Prefeito de Olinda, que elogiou a sensibilidade das entidades participantes do Programa de Revitalização, destacando a dificuldade de se trabalhar com a preservação do patrimônio e com a cultura. José Arnaldo lembrou o pioneirismo de Olinda na criação do primeiro organismo municipal brasileiro destinado à preservação, a FCPSHO. Afirmando que "não se pode desvincular a preservação do monumento da preservação da dignidade humana", ele recordou as onze favelas exitentes dentro do perímetro histórico da cidade e defendeu a participação ativa da comunidade na discussão das soluções.

Ivan Maurício Santos, diretor da FCPSHO, falou em seguida propondo a retomada da consciência política na análise de um sítio histórico, pelo questionamento dos monumentos e heróis "de uma história escrita pelas elites". Defendeu ainda a reforma tributária para que aumentem os recursos a serem aplicados na preservação da cultura. Vera Bosi de Almeida, representando a SPHAN/próMemória, concluiu com uma pequena retrospectiva do programa e suas dificuldades. Lembrou que o projeto-piloto de São Luís, que deveria ser implantado paralelamente ao de Olinda, não tem previsão, o que aumenta a responsabilidade da equipe; falou ainda do papel da comunidade, "sem a qual o projeto perde sua função", mas advertiu que as condições favoráveis a serem criadas para os moradores recuperarem suas residências não têm cunho paternalista: "todos terão que contribuir dentro de suas posses". Vera previu que a discussão se prolongará ainda por mais seis ou sete meses, quando as prioridades de intervenção estarão definidas, a partir do interesse dos moradores. Dulcinéia Schunck encerrou a abertura do encontro apresentando a proposta preliminar, que foi discutida ao longo do painel.



Foto Ulisses Lacava

Painel de debates

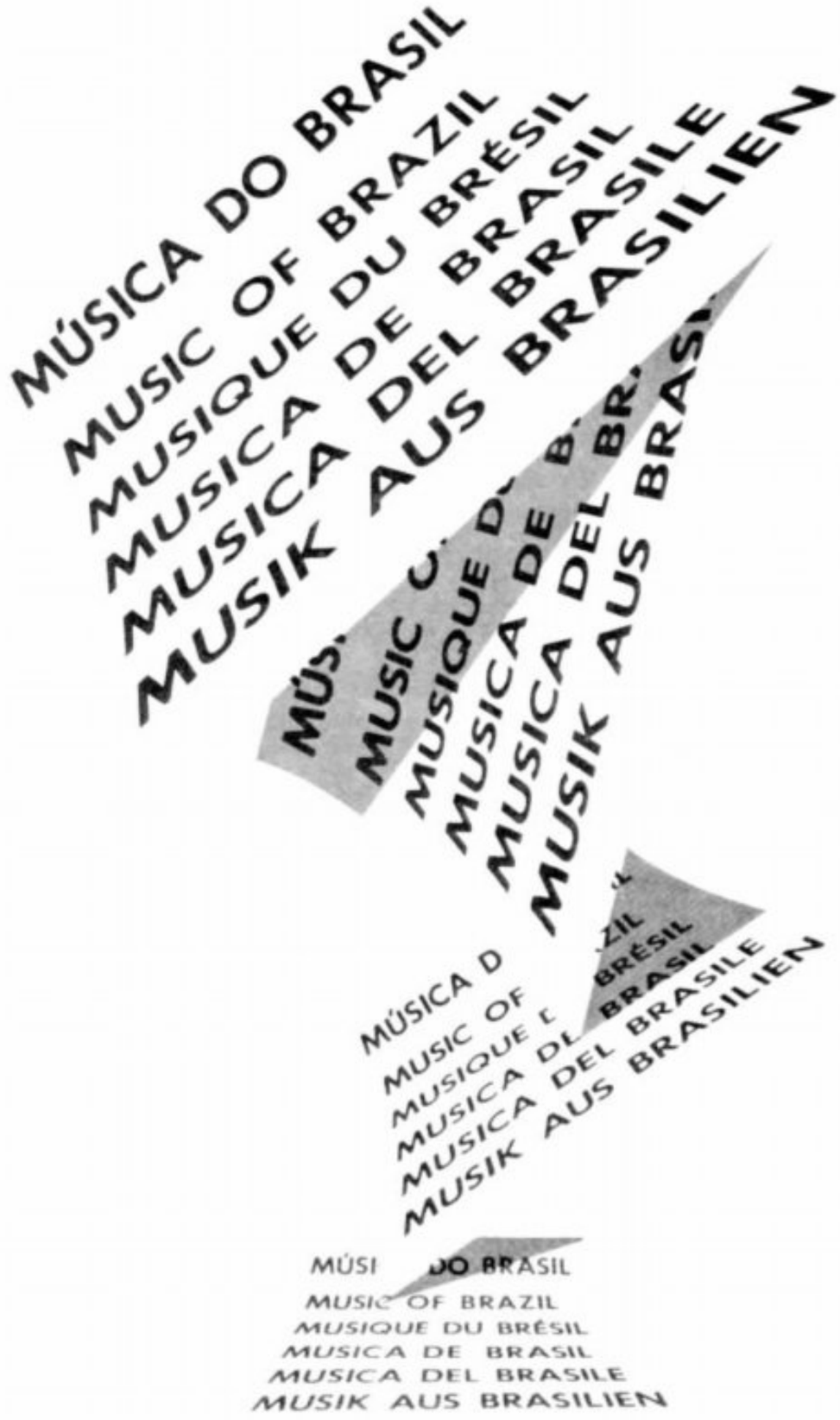
Entre as várias diretrizes técnicas propostas no documento final do encontro, destacou-se a necessidade imediata de levar a discussão para as ruas, através de uma extensa programação de debates com a comunidade centrados no tema "Habitação e Saneamento na Perspectiva da Recuperação de um Centro Histórico", considerado prioridade número um, a partir do qual poderão se desenvolver as demais reflexões. O painel, considerado pelos participantes como muito positivo, marcou o início de uma nova etapa do trabalho: o diálogo com a comunidade, numa postura de igualdade e respeito mútuo, que vai determinar a condução na prática do programa. Muita coisa poderá ser mudada a partir do plano preliminar, diante dos interesses dos moradores, os principais envolvidos.

Palavras-chave

"Participação", "diálogo", "comunidade". Palavras que terão uma importância cada vez maior daqui para frente, nestes tempos de Nova República, mas que guardam ainda um ranço de incompreensão e de mau uso. Por serem palavras-chave na metodologia que será empregada na implantação do Programa de Recuperação e Revitalização de Núcleos Históricos — plano-piloto de Olinda, o Boletim SPHAN ouviu alguns dos participantes do painel de debates a respeito destes conceitos e de como eles devem ser encarados:

"Não estamos formados para trabalhar com a participação, porque saímos de uma família autoritária, uma escola igualmente autoritária; todos devemos nos colocar diante da perspectiva do aprendizado da participação, que é fundamentalmente uma postura de considerar os saberes, as experiências, para transformá-los. É ser democrático. O técnico detém o saber acadêmico, administrativo. Seu papel é intercambiá-lo com os saberes populares, ajudando a esclarecer e a viabilizar estes interesses." (Ivandro da Costa Sales, sociólogo)

"Para mim, o projeto é uma possibilidade de se criar e fortalecer espaços de expressão, onde a população se sinta considerada. A questão da habitação é uma questão fundamental, mas ao mesmo tempo está ligada à questão da geração de empregos. Sem empregos, como a pessoa pode manter a sua casa? É como a frase 'não se poder comer as paredes'. O projeto tem essa preocupação, por isso me interessa. Acho que a população também vai se interessar, mas existe um enorme descrédito às iniciativas governamentais, que precisa ser rompido. Senão, nada será feito." (Sílvia Rodrigues Coimbra, artesã e moradora)



EDIÇÕES FUNARTE

MEC - Secretaria da Cultura

O PRO-MEMUS e a música do Brasil

Desde o dia 11 de março que estudantes, professores de música, instrumentistas, musicólogos, grupos corais, bem como as novas e as consagradas orquestras podem ter acesso a mais uma parcela do rico repertório genuinamente nacional até então inédita e, conseqüentemente, condenada ao esquecimento. O fato deve-se ao lançamento, pelo Instituto Nacional de Música da FUNARTE, através do Projeto Memória Musical Brasileira — PRO-MEMUS, de uma nova série de discos, partituras e livros elaborados com base em elementos extraídos de um *acervo* que detém peças com até duzentos anos de existência: a música do Brasil.

O lançamento dos novos títulos, todos de incontestável valor histórico e artístico, foi realizado na Sala Funarte Sidney Miller e contou com a apresentação do Coral da Associação de Canto Coral do Rio de Janeiro, sob a regência da professora Cleofe Person de Mattos.

Os lançamentos

Os discos lançados constituem o volume 17 da série "Documentos da Música Brasileira" e incluem os "Trios" de Guerra Peixe e Heitor Alimonda, premiados pelo programa da Rádio MEC "Música e Músicos do Brasil", em 1960. A gravação, pertencente ao arquivo da emissora, foi recuperada pelo PRO-MEMUS especialmente para a coleção, o que garantiu a manutenção das interpretações originais de Anselmo Zlatopolsky (violino), Iberê Gomes Grosso (violoncelo) e Alceo Bocchino (piano).

No mesmo volume, Fernando Lopes interpreta obras representativas da música brasileira contemporânea para piano, de Raul do Valle, Ernest Widmer e Lindembergue Cardoso, gravadas durante a apresentação da série "Panorama do Piano Brasileiro", em 1976, na Sala Cecília Meireles.

Entre as partituras e livros estão a "Missa de Santa Cecília", do Padre José Maurício Nunes Garcia, partituras já lançadas em disco pelo PRO-MEMUS; "Estudos Mauricianos", vários estudos musicológicos do mesmo autor; "Música Sacra Mineira", 77 partituras musicais para coro "a cappella" ou com orquestra de vários compositores dos séculos XVIII e XIX, entre os quais Emerico Logo de Mesquita, Manoel Dias de Oliveira, Antonio dos Santos Cunha e Presciliano José da Silva; e o "Tércio 1793" de Emerico Logo de Mesquita, comemorando o bicentenário das obras do autor.

Complementando a série e iniciando a coleção "Catálogos de Autores Brasileiros", foi lançado o "Catálogo de Obras de Alberto Nepomuceno", que contém dados biográficos e farto material iconográfico, além da listagem completa de suas composições, comentários e gravações.



Arquivo — INM

PRO-MEMUS

O Projeto Memória Musical Brasileira já editou até hoje — sempre que possível aproveitando matrizes e gravações disponíveis, visando minimizar os gastos — cerca de 360 obras de 150 compositores. Aproximadamente, 160 partituras de oitenta autores e duzentas obras gravadas em 35 discos, fruto do trabalho de sessenta compositores. Segundo o maestro Edino Krieger, seu idealizador e diretor do INM, "números bastante razoáveis para um projeto que está apenas ingressando no seu sexto ano de existência, embora não representem nem a centésima parte do que ainda existe por fazer".

A programação editorial do PRO-MEMUS não se limita à edição de obras do passado; é extensiva, também, ao que foi produzido mais recentemente, "para que estas obras não entrem para o rol da 'memória morta' ", conforme explica Krieger. Dessa forma, são divulgadas sistematicamente pelo Projeto compositores dos séculos XVIII e XIX, tais como Manoel Dias de Oliveira e o Padre José Maurício, compositores românticos do estilo de Henrique Oswald, Alberto Nepomuceno e os deste século, a exemplo de Francisco Mignone e Camargo Guarnieri, além de outros mais recentes, principalmente os premiados em concursos de composição.

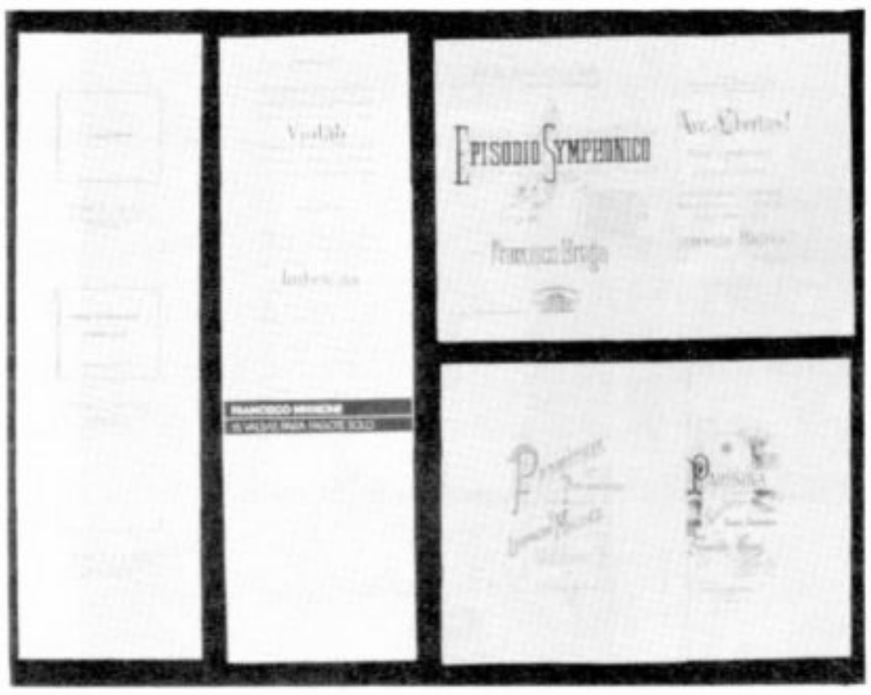
E é justamente com o propósito de tornar esse repertório mais acessível, especialmente aos músicos jovens, que o PRO-MEMUS promove, anualmente, o concurso nacional "Jovens Intérpretes da Música Brasileira" (SPHAN n.º 30, pág. 14), fator que vem possibilitando considerável ampliação do número de peças nacionais executadas em concertos e nas escolas de música. "Um processo que é gradativo, mas infinitamente multiplicador, tendo em vista o intercâmbio que professores e estudantes têm por hábito promover entre si".

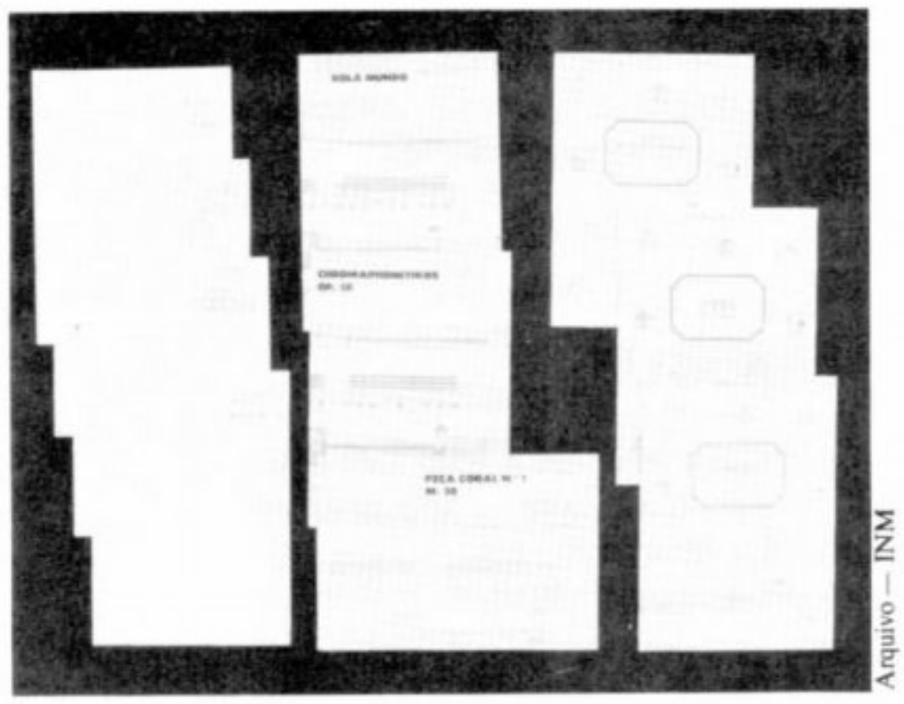


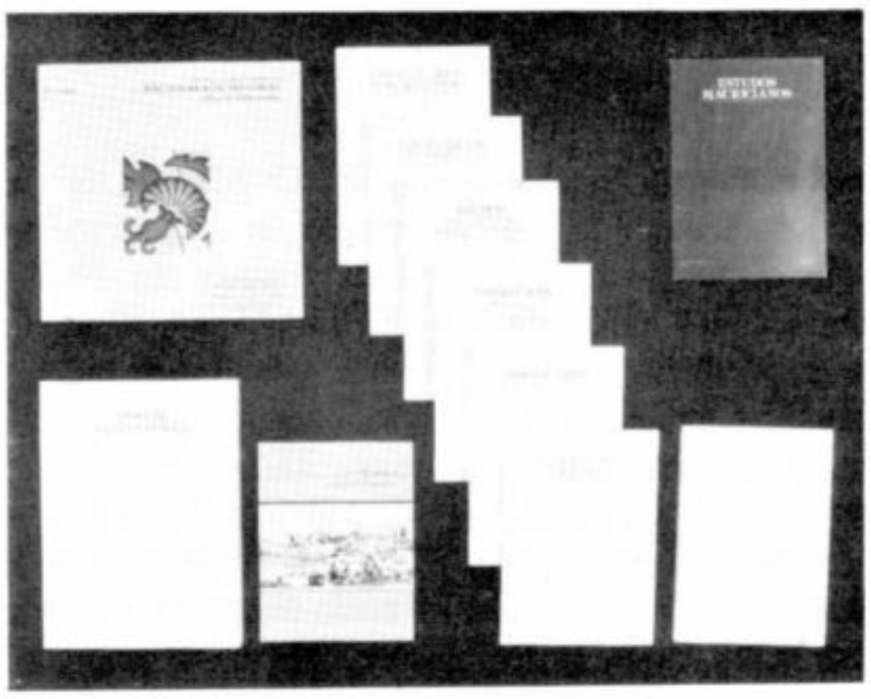
Critérios de trabalho

"Num país onde praticamente tudo está por fazer — prossegue Krieger — no qual a grande maioria das obras de autores da categoria de Carlos Gomes, Henrique Oswald e do próprio Padre José Maurício, responsáveis por algumas centenas de composições, continua inédita, torna-se muito fácil estabelecer critérios para edição. Basta dizer o que não foi editado, partindo de obras consagradas, das mais antigas, ou de outras de inigualável qualidade."

"Um exemplo que se enquadra neste último caso são as obras do violonista Flausino Vale, compositor mineiro que pode ser considerado uma espécie de 'Paganini brasileiro', não só pelo grande valor musical de seus trabalhos, mas, sobretudo, pelo tratamento virtuosíssimo e exclusivo por




Arquivo — INM



ele dado ao instrumento". O PRO-MEMUS acaba de editar em disco, pela primeira vez, uma coleção de estudos e caprichos para violino só, de Flausino Vale, que se constituirá, segundo Edino Krieger, "em uma grande revelação para o mundo inteiro".

Embora a atuação do INM, através do PRO-MEMUS, seja direcionada, fundamentalmente, para os campos da pesquisa e edição, existe um outro trabalho "da maior importância, mas que por absoluta falta de recursos" — conforme define Krieger — apenas começou a ser realizado: a recuperação de arquivos musicais, no que diz respeito à organização, restauração e coordenação.

"Nós até agora realizamos apenas duas ações importantes nessa área, ambas em convênio com a Fundação Nacional próMemória. Recuperamos o acervo descoberto por Curt Lange, que atualmente se encontra sob os cuidados do Museu da Inconfidência — Ouro Preto (MG) (SPHAN n.º 23, pág. 12); e organizamos, em conjunto com a Biblioteca Nacional, o acervo de música brasileira da Escola de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro".

"Esta modalidade de trabalho — prossegue — necessita ser realizada em escala muito maior. Existem arquivos de música, no país inteiro, carentes de organização; o que justifica a idéia de se promover, possivelmente em Ouro Preto, e mais uma vez em conjunto com a próMemória, um primeiro 'curso intensivo ou laboratório', destinado a pessoas que trabalhem em arquivos musicais, visando a formação e aprimoramento de mão-de-obra especializada neste campo. Esta medida seria fundamental, e espero que se concretize ainda este ano".

Em prol da música do Brasil

Mas a estrutura atual da FUNARTE, similar à de quando a instituição foi criada, há dez anos, e dependente de recursos exclusivamente orçamentários, "não comporta mais o volume de gastos necessários aos trabalhos que o INM tem por executar" — acusa Krieger.

"É fundamental, por este motivo, que sejam realizados estudos visando a criação de um 'fundo nacional para a música', constituído com a captação de recursos junto à empresa privada, através de taxações mínimas de produtos ligados à música e até mesmo por doações. Tudo isso, logicamente, com amparo em legislação adequada e executado de forma a propiciar estímulos e incentivos fiscais aos investidores" — concluiu.

Entendendo todos os trabalhos desenvolvidos através do PRO-MEMUS como de responsabilidade da sociedade como um todo e acreditando que a nossa sociedade já está suficientemente madura para participar desse processo, o Instituto Nacional de Música da FUNARTE deu provas de seu próprio amadurecimento ao enviar, recentemente, para quase todos os países, um catálogo contendo todas as edições do PRO-MEMUS, inclusive nas áreas folclórica e popular.

Um catálogo em forma de "folder", com apresentação em seis idiomas e cujo título traduz de forma simples, mas bastante expressiva, toda a força do seu conteúdo: "Música do Brasil".

Março/Abril de 1985

SPHAN 35

*pró*Memória

Módulos independentes, cenografia, emoção: nova filosofia revigora o MHN

Quando o processo proposto pela nova diretoria do Museu Histórico Nacional para sua revitalização — já em andamento — estiver concluído, o visitante encontrará, ao percorrer suas galerias, um museu totalmente novo. Um museu que, procurando melhor desempenhar suas funções de "centro de investigação, coleta e exibição de objetos históricos", como define a própria proposta, lançará mão de recursos até hoje pouco explorados, passando a combinar museologia com recursos cenográficos, exposição com enredo, história com emoção.

A proposta de revitalização do Museu foi elaborada com base em um extenso diagnóstico que, além de revelar o precário estado de conservação em que se encontrava o prédio, ao final de 1984, evidenciou a inadequação no funcionamento de algumas seções da casa e, principalmente, a desatualização de seu circuito de exposição permanente, projetado segundo técnicas há muito ultrapassadas. Além disso, foram avaliadas as características arquitetônicas do prédio e a natureza do acervo existente — elementos que, somados ao critério principal segundo o qual o Museu Histórico Nacional deve transformar-se em um museu-síntese, capaz de refletir a formação histórica do Brasil como um todo, da forma mais básica possível, constituíram-se nos condicionantes mais importantes da nova filosofia do Museu.

Com o término do diagnóstico, a equipe idealizadora da proposta, formada pela museóloga e diretora adjunta do Museu, Solange Godoy, pelo arquiteto e artista plástico Luis Carlos Antonelli, do Programa Nacional de Museus e pela museóloga Tereza Scheiner e assessorada pelo historiador Antonio Luiz Porto e Albuquerque, pôde traçar as primeiras linhas de atuação e, em janeiro deste ano, dar início ao trabalho de revitalização, realizado em conjunto com uma equipe de arquitetos da 6.ª DR da SPHAN, responsável pelo acompanhamento da obra de restauração do prédio, que obedece a critérios definidos pela proposta.

O plano de obras prevê a recuperação do telhado do Museu, que se encontra danificado, ocasionando infiltrações. Serão necessárias ainda a recuperação das instalações elétricas, a recomposição do piso, a adequação do sistema de iluminação e a pintura das salas de exposição. Está previsto também o reaproveitamento da área do antigo auditório, que passará a abrigar o arquivo histórico e a biblioteca, hoje localizados em áreas inadequadas ao atendimento do público.

Mas, apesar da importância da recuperação do prédio, os novos ventos que sopram no Museu Histórico Nacional atingem principalmente a área de exposições, pois é a ela que caberá sustentar as demais atividades educativas e culturais. Segundo Solange Godoy, o modo como há muito tempo o Museu vem expondo apenas uma parte mínima de seu acervo torna impraticável um aprofundamento dos trabalhos de pesquisa, difusão cultural e ação educativa.

As modificações nesta área começarão com a eliminação da cronologia que determinou a organização da antiga exposição permanente segundo limites históricos, ou seja: Brasil Colônia, Brasil Reino Unido, Primeiro Reinado e Segundo Reinado.

Segundo a nova metodologia, serão adotados seis módulos independentes, cada um abordando um tema definido que se desenvolverá obedecendo a uma cronologia interna. O fato de cada módulo não se relacionar cronologicamente com os demais permitirá a adoção de acessos independentes para cada um deles, dando ao visitante a liberdade de organizar seu roteiro de visita como preferir, sem que sua compreensão do todo seja prejudicada.

Tereza Scheiner diz que a equipe optou por este tipo de apresentação após considerar a extensão do circuito de exposição — 5.135m², observando que este dado, somado ao número de informações submetidas ao visitante no decorrer da visita, acaba por ocasionar um fenômeno conhecido como "fadiga de museu", levando-o a um estado de cansaço mental capaz de bloquear sua capacidade de compreender o que vê.

"A intenção do Museu Histórico Nacional é fazer com que o visitante, ao percorrer uma sala ou pequeno conjunto de salas, tenha a noção exata daquele fato ou momento da história que deseja conhecer, sem ter necessidade de percorrer todo o circuito, podendo inclusive retornar em outra ocasião, sem que seu conhecimento esteja defasado", diz Tereza.

Luiz Carlos Antonelli completa, lembrando que o prédio do MHN caracteriza-se pelo grande número de entradas e saídas de que as salas dispõem. "O que nós fizemos foi estudar uma maneira de tirar partido desta situação", conclui.

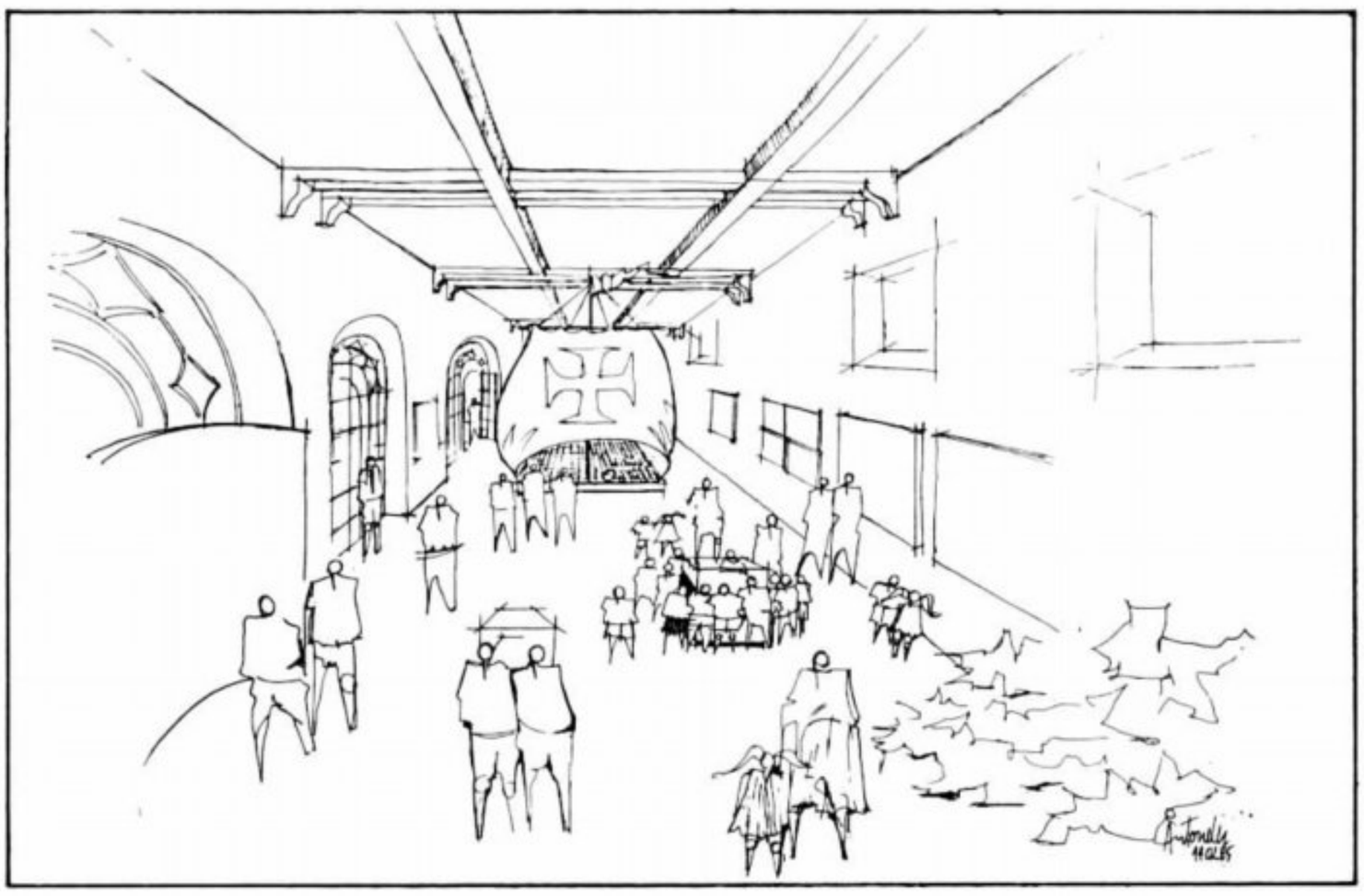
Os módulos

Além de permitir maior flexibilidade na composição do roteiro, a adoção dos módulos possibilitará uma ênfase na promoção de atividades educativas, agilizando o processo de transformação do Museu em um centro de acontecimentos culturais capaz de tornar-se um constante foco de interesse da população. Cada um deles irá explicitar um aspecto da formação histórica do País, fornecendo informações básicas que comporão um amplo painel da história nacional.

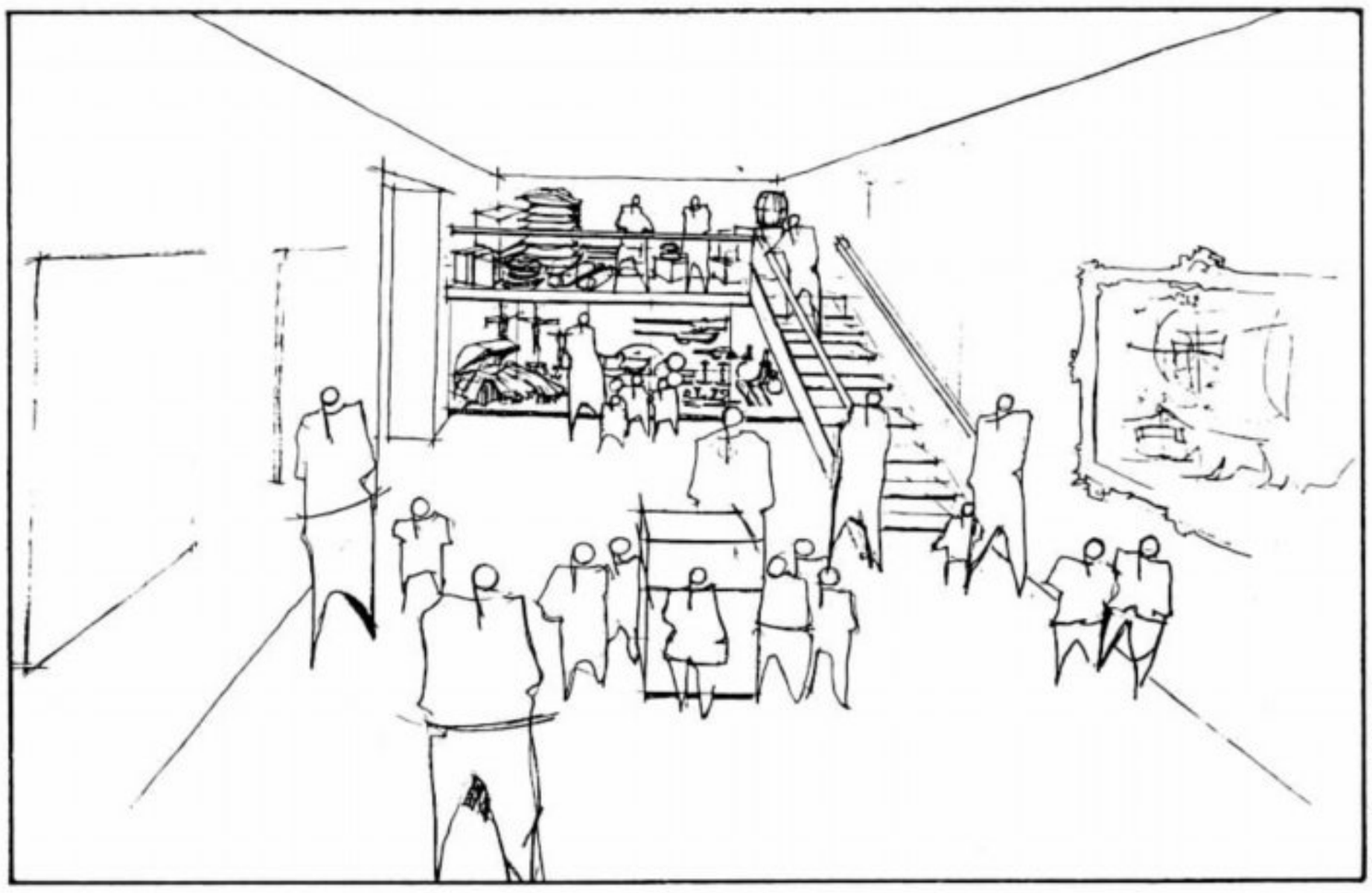
No primeiro dos seis módulos será desenvolvido o tema "Expansão e Defesa", que pretende revelar os esforços mantidos para expandir e defender o território nacional, partindo da análise do mercantilismo como impulsionador das explorações marítimas que culminaram no descobrimento do Brasil. Serão enfocados os momentos de alargamento do território e todas as campanhas externas que o País desenvolveu do século XVI ao XX. Neste módulo estão inseridos ainda a chegada dos portugueses com suas caravelas, o indígena, a fauna e a flora da nova terra, entre outros assuntos, que serão expostos ao longo das quatro galerias que circundam o Pátio dos Canhões, lugar tradicional de armaria.

O segundo módulo enfocará — sem corresponder ao período colonial oficial — as principais características do "Brasil no Sistema Colonial". Serão mostrados, além da viabilização inicial da colonização pela grande lavoura voltada para a exportação, as relações de troca, o pacto colonial, a economia complementar à da metrópole, a dependência do mercado externo, as restrições políticas e econômicas, etc.

"Sociedade: trabalho, produção, cultura e lazer" é o diversificado tema do terceiro módulo que irá mostrar, ao longo de quatro salas, a vida social no Brasil em diversas épocas. Serão enfocados a vida rural e urbana, as produções agrícola, mineira, artesanal e industrial, os ambientes domésticos, o vestuário, os tipos populares, a família, os costumes sociais, as festas, danças, comemorações, entre outros temas.



Módulo 1: "Expansão e defesa"



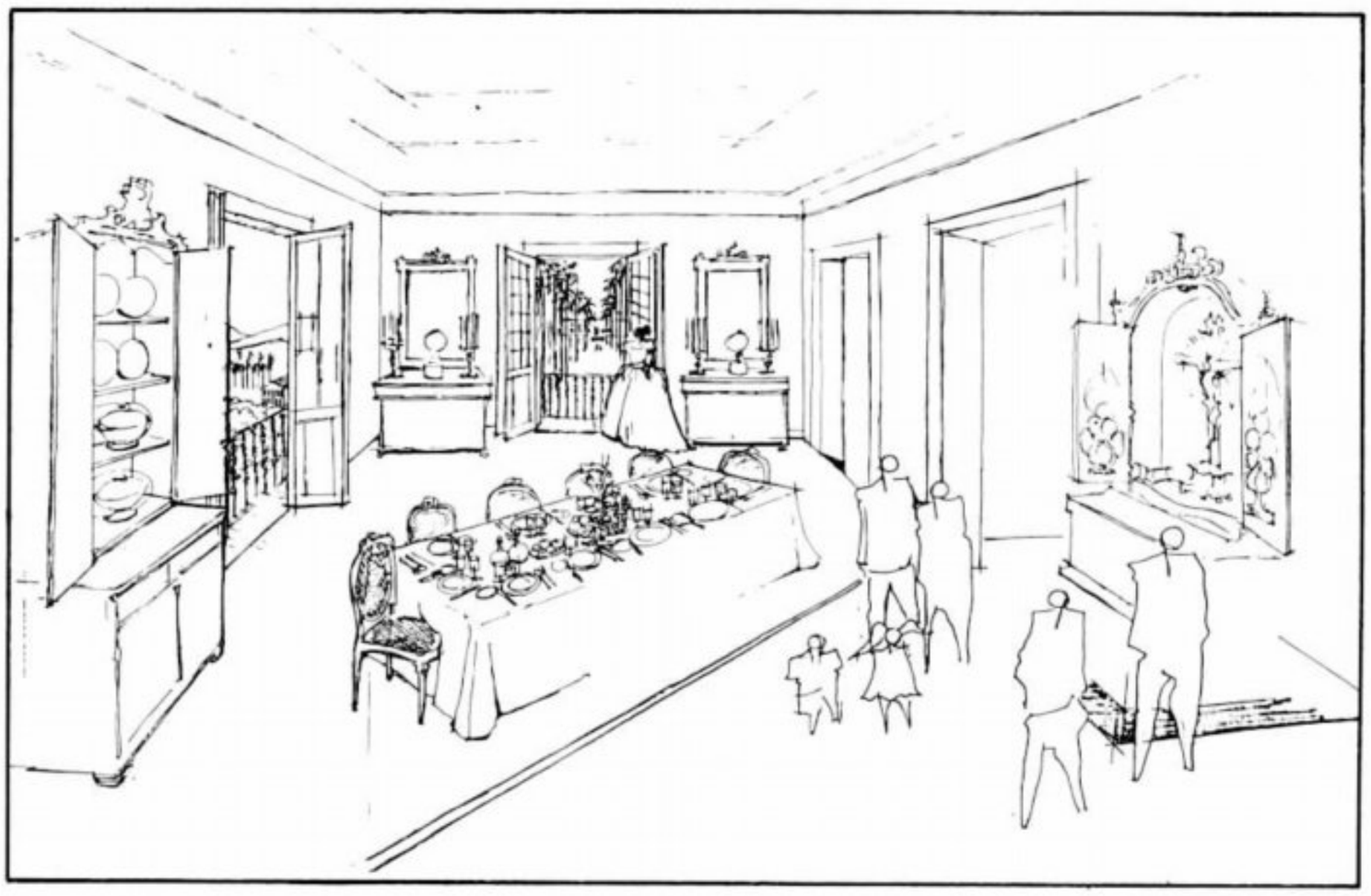
Módulo 2: "O Brasil no sistema colonial"

Desenhos: Antonelli

Março/Abril de 1985

SPHAN 35

*pró*Memória



Módulo 3: "Sociedade: trabalho, produção, cultura e lazer".

Para mostrar que a Independência do Brasil não foi um momento isolado e sim um processo iniciado nos movimentos precursores da colônia, inspirado no liberalismo que crescia em fins do século XVIII, o módulo "O Processo de Independência" irá enfocar as relações colônia-metrópole, a luta popular, a instalação do Estado Português no Brasil, a guerra da independência, as tentativas recolonizadoras, a dependência econômico-financeira e outros fatores que colaboraram para o rompimento do domínio de Portugal sobre o Brasil.

O quinto módulo se desenvolverá em três salas onde serão representados aspectos da "Dinâmica do Poder" na história do Brasil, começando pelo Estado patrimonial português e passando para a elaboração constitucional do Império, a Carta Outorgada, a posição dos senhores rurais, a descentralização e a concentração de poderes, a Guarda Nacional como instrumento de poder, o parlamento, o advento da República e os interesses paulistas, a autonomia das unidades federais, a intervenção militar, as eleições viciadas, a verdade eleitoral e outros assuntos.

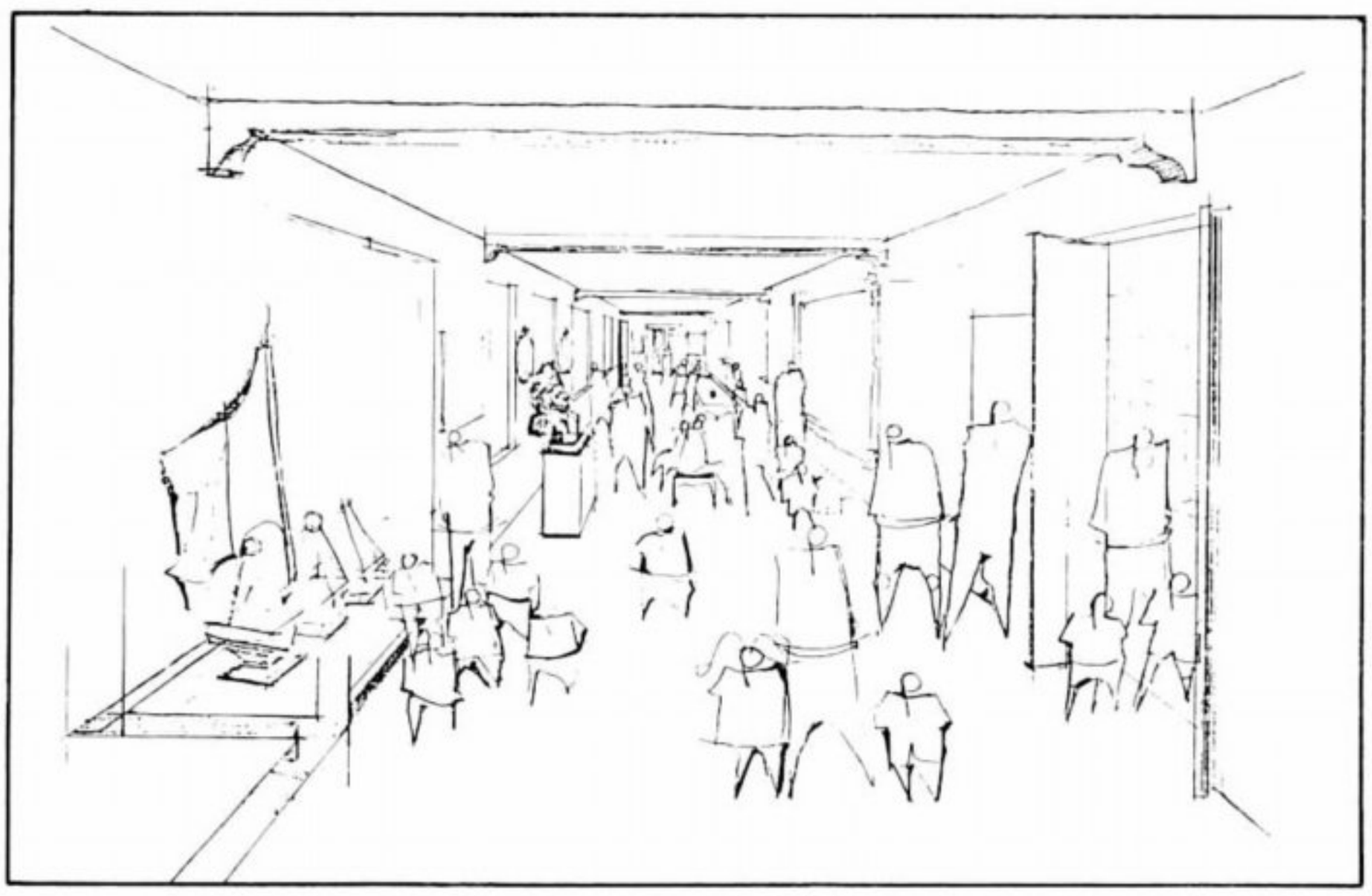
Por fim, numa grande galeria térrea, serão expostos diversos meios de transporte terrestre individual relacionados com as várias épocas da história do País. Cada veículo será associado à realidade de seu tempo, segundo o ambiente rural ou urbano, ressaltando-se seu papel na integração territorial do Brasil.

Explorando a emoção

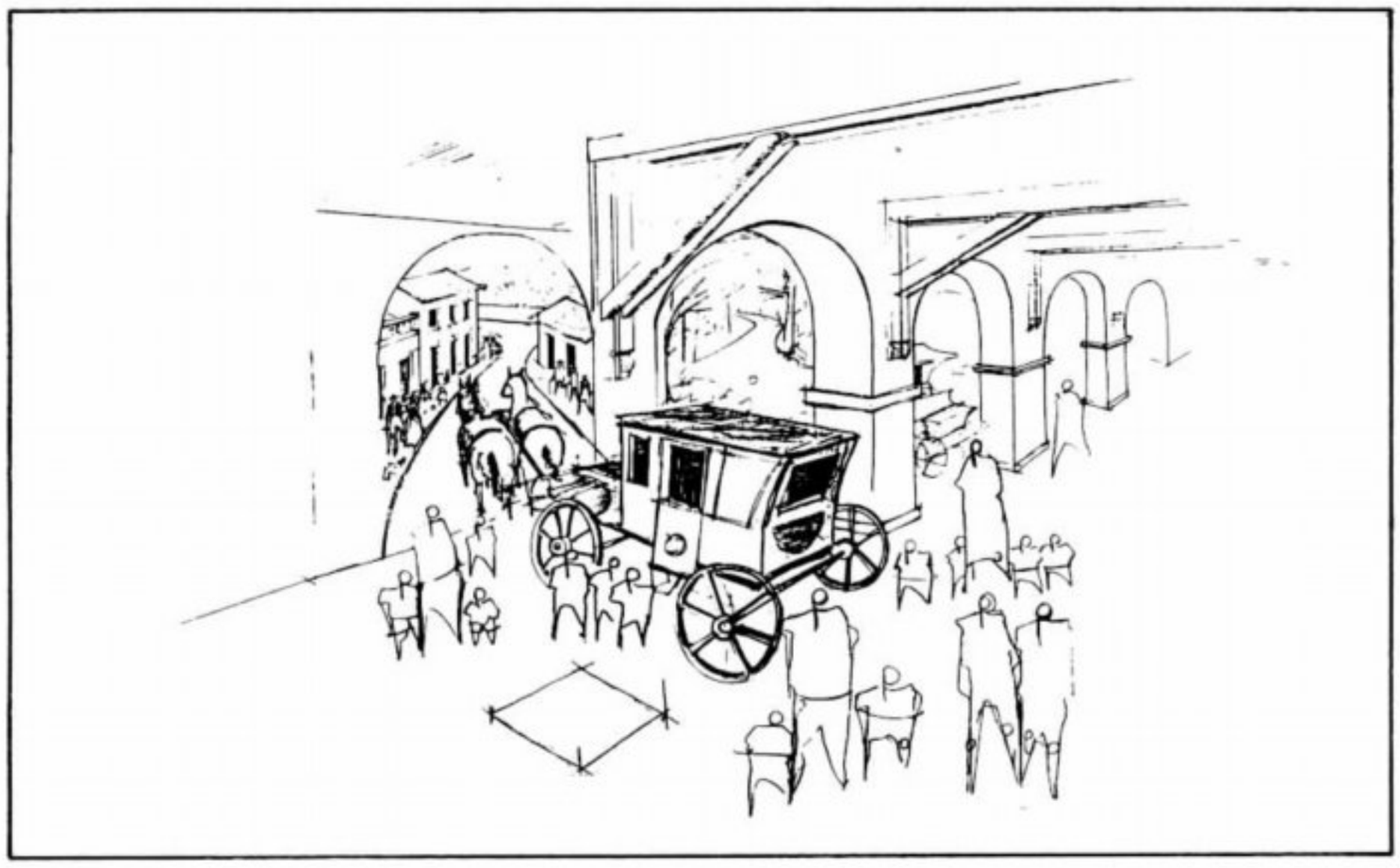
Paralelamente à modernização da exposição permanente, o Museu Histórico Nacional vem estudando a utilização de recursos que, aliados às tradicionais técnicas museográficas, emprestarão uma nova força ao campo das atividades educativas.

Segundo Tereza Scheiner, o museu como instituição é essencialmente racional; porém, de acordo com uma tendência nascida no exterior há alguns anos e só agora chegada ao Brasil, os museólogos vêm tentando contornar este racionalismo e imprimir ao trabalho um pouco mais de emoção. A intenção é trabalhar a emoção do visitante não só através do cognitivo, mas, também através de outros elementos perceptíveis que irão enriquecer sua experiência.

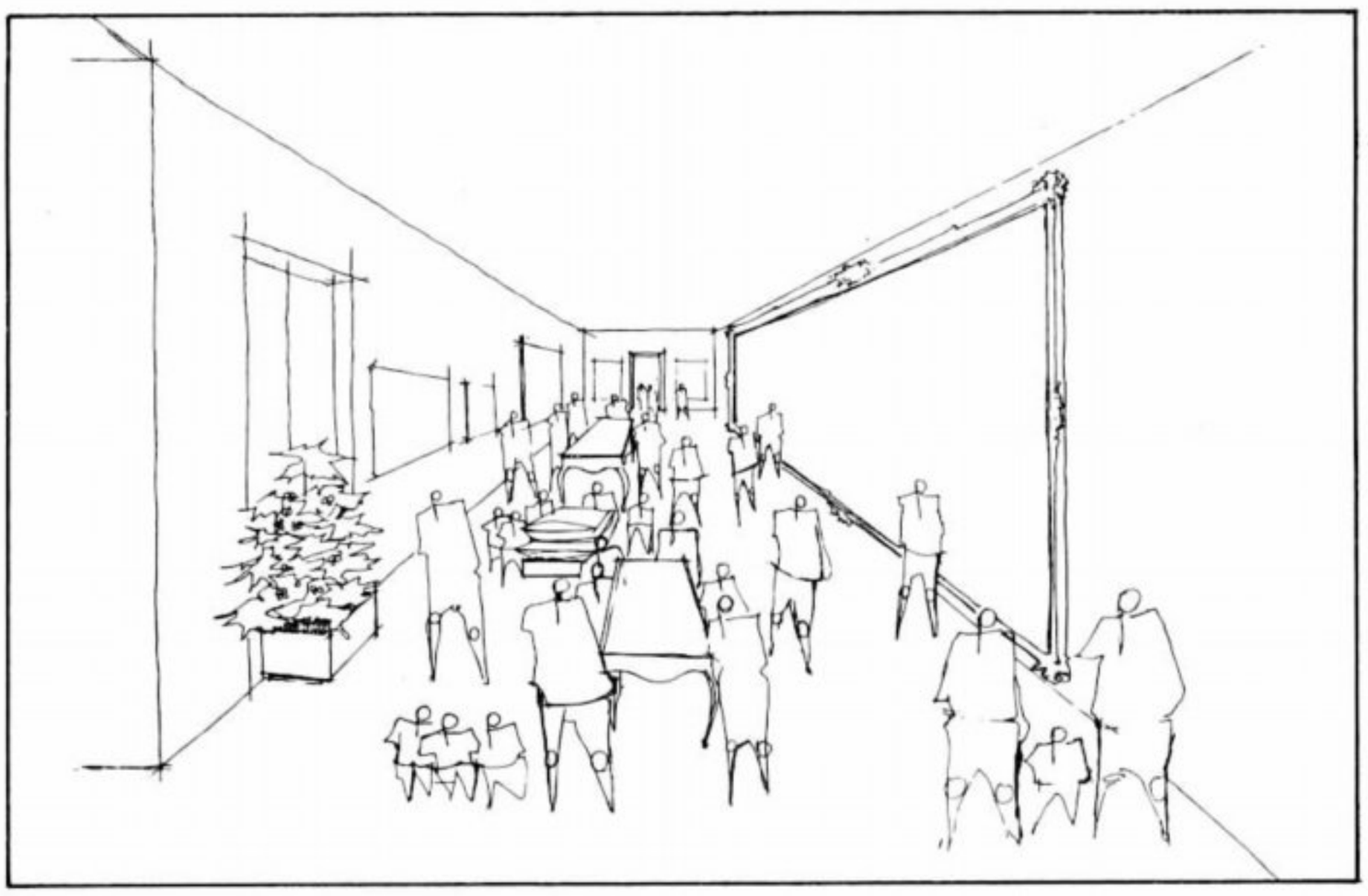
"Desde 79, a UNI-Rio vem fazendo uma experiência intencional do uso da emoção e realiza duas ou três exposições por ano, dentro desta filosofia; porém, acho que é a primeira vez que um museu brasileiro utiliza intencionalmente esta linha de trabalho em



Módulo 4: "O processo de independência"



Módulo 5: "A dinâmica do poder"



Módulo 6: "Transportes terrestres individuais"

uma exposição permanente como esta, que deverá durar cinco anos", diz Tereza.

Ela ressalta ainda a importância da cenografia na realização do projeto: "a utilização da cenografia se justifica por vários motivos. Primeiro, porque tem uma ligação muito forte com a realidade do visitante, provocando facilmente o seu emocional ao permitir a reprodução da época enfocada de maneira muito mais fiel; segundo, porque ela é bonita, e o brasileiro tende a rejeitar o que é muito racional e profundo, porém desprovido de beleza; por último, porque irá facilitar a aproximação público/museu, contornando o problema causado pelo fato de a maioria do povo brasileiro, além de não ter uma tradição como visitante de exposições, ser ainda semi-alfabetizada".

O museu, segundo Tereza, tem sido até hoje uma instituição de elite. Porém, o Museu Histórico Nacional, por suas próprias características, pretende atingir toda a população e, para isto, deve levar em conta que ela não se interessa por museus e que tem dificuldade para ler um texto muito extenso. "O grande público não entende bem a relação que há entre uma peça que está na vitrine e uma gravura exposta na parede. Esta ligação, que é muito clara para o museólogo e para algumas pessoas, é um pouco complicada para a maioria". Para ela, a utilização de recursos cenográficos dará ao museu a emoção característica do teatro, recriando a realidade de uma forma muito mais fácil de ser captada pelo visitante comum.

A museóloga cita ainda um outro motivo importante: "uma grande exposição é um grande espetáculo e, como tal, tem um custo de montagem e manutenção altíssimo; portanto, nós não podemos nos dar ao luxo de manter a casa aberta para receber cem pessoas por mês. Nós precisamos de atividades que tragam muita gente". E continua, "no Rio de Janeiro, nós estamos competindo com o Maracanã, os teatros, a praia e com as escolas de samba, que usam recursos cenográficos e que o povo adora. Então, por que nós também não usamos?"

Ela ressalta que não se trata de transformar o Museu em uma escola de

samba e sim de adotar um pouco do seu espírito: "se o brasileiro gosta de cor, de paetês, de tamanho, forma, movimento e música, por que o museu tem que ser preto e branco e bem comportado? Obviamente não se vai desmerecer todas as técnicas próprias de um museu, mas adaptar o que for possível".

Módulo experimental

Enquanto os trabalhos de revitalização estão em andamento, a equipe promoveu a montagem de uma exposição temporária inspirada no tema: "Sociedade: trabalho, produção, cultura e lazer", que deverá funcionar como módulo experimental. A escolha deste tema deveu-se ao fato de que devido à sua abrangência, qualquer escola do Rio, de qualquer grau, poderá desenvolver diversos trabalhos enfocando aspectos como: produção econômica, costumes, etc. Além disso, segundo Tereza, a tradição social brasileira é um tema não muito desenvolvido pelas escolas, já que toda a iconografia a respeito está em poder dos museus e arquivos.

Segundo Solange Godoy, a intenção do Museu Histórico Nacional é, além de complementar o trabalho das escolas, oferecer ao aluno uma forma diferente de aprendizado que prescinde da utilização do livro didático e da aula expositiva. Para isto, a exposição, que foi montada na sala 9 do Museu aproveitando o material exposto anteriormente nas salas 1, 2 e 3 — atualmente sendo restauradas —,utiliza um grande elemento cenográfico: um painel que representa a fachada da casa do século XIX que eles vão estar conhecendo. Para chegarem ao interior da casa, as crianças terão que mudar de nível, passando para um piso inferior, o que significará a mudança do estado emocional de chegada, para um estado adequado à percepção do interior montado com os objetos do acervo. Toda a dinâmica do trabalho objetiva possibilitar às crianças uma vivência do espaço e das situações propostas.

No mês de abril, o projeto foi apresentado pela equipe da Divisão de Programas de Apoio Educacional a 24 representantes de escolas de 1.º e 2.º graus, particulares e oficiais. Em maio será iniciado o atendimento às turmas — quatro por semana — que inclui o envio de material de pesquisa às escolas e a distribuição de *folders* e elementos de indumentária aos alunos, visando facilitar seu envolvimento.

Um grupo de funcionários do Museu estará, durante as visitas, caracterizando personagens da época; porém, não haverá distinção entre eles e os visitantes. Todos participarão ativamente, a exemplo do Projeto Massangana, realizado pelo Museu Imperial.

Situação atual

Inaugurada dia 13 de março, a exposição "Nossos Problemas, Nossa Proposta", organizada de forma a funcionar como um resumo da situação do Museu no início do processo de revitalização — janeiro — e, além disso, oferecer uma projeção de como ele ficará após a aplicação da proposta, mostra claramente o precário estado de conservação em que se encontrava o prédio — tomado por goteiras, infiltrações e cupins — e a situação do acervo, também bastante grave.

Atualmente, várias mudanças estão em andamento. As reservas técnicas foram arrumadas e higienizadas, parte do acervo já foi descupinizado, as mudanças no circuito de exposições estão sendo efetuadas gradativamente e a restauração do prédio vem sendo realizada.

Segundo Luiz Carlos Antonelli, a intenção da equipe é revitalizar o Museu sem fechá-lo e, por isto, a cada sala que se fecha, tenta-se remanejar o acervo de modo que sempre haja o que oferecer ao público.

Porém, apesar dos avanços ainda há muito o que fazer. Solange Godoy cita como exemplo o fato de a coleção de numismática, que é a mais importante do Museu, contendo aproximadamente 80.000 peças das 132.000 que compõem o acervo, não ter sido sequer organizada em uma seção, estando disposta em uma das reservas técnicas.

Quanto à situação do acervo, Solange afirma que é muito grave, pois 70% precisa ser restaurado. "Nós estamos restaurando peças 90% deterioradas e o trabalho só é válido porque não existem múltiplos", diz ela. Além disso, a equipe pretende reinventariar o acervo, a fim de que sejam conhecidas peças de que o Museu dispõe, sua origem, localização, estado de conservação, relação com fatos históricos, etc. Foi promovida a contratação de uma assessora jurídica que irá encaminhar e solucionar os processos e convênios feitos pelo Museu Histórico Nacional, envolvendo permuta, empréstimo ou transferência de acervo. Futuramente, espera-se poder codificar e computadorizar as informações sobre todas as peças, a exemplo do que vem sendo feito com a coleção de numismática.

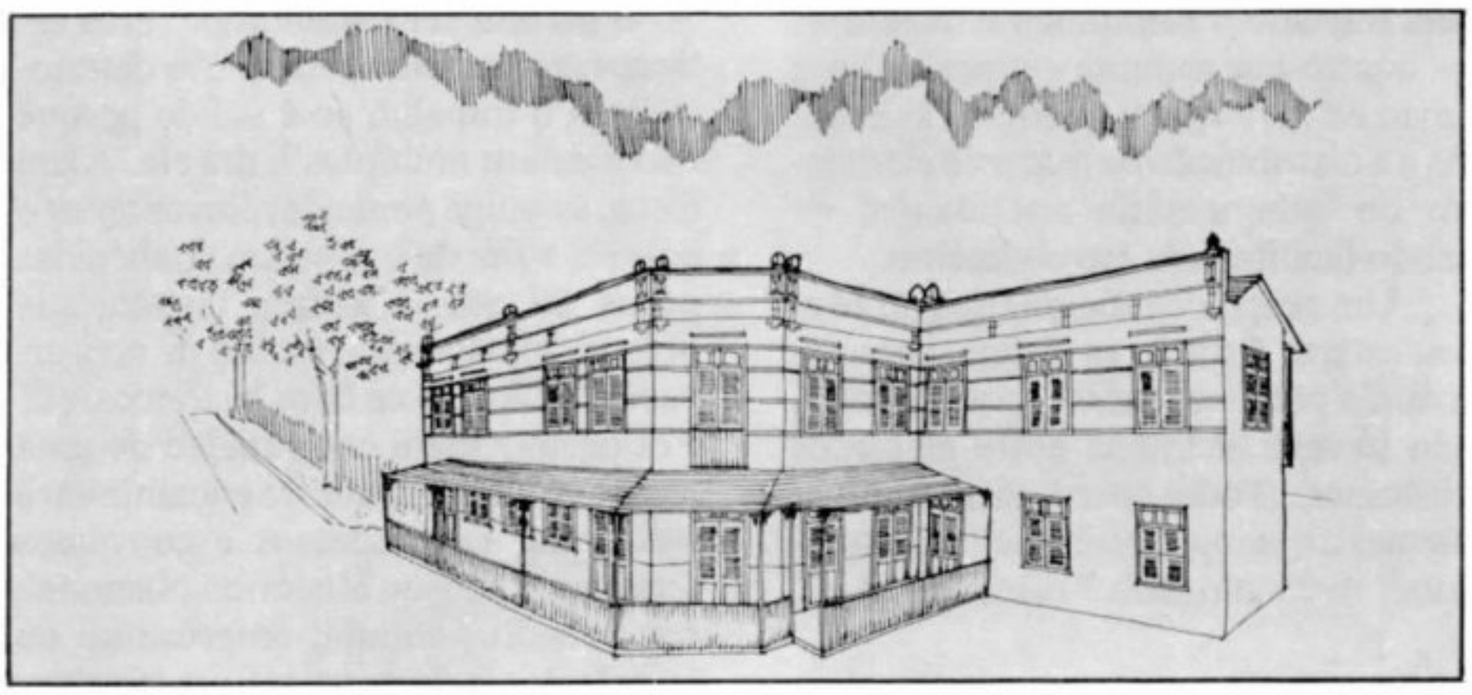
Com relação às obras de restauração do prédio, o plano prevê para este ano — tendo em vista a disponibilidade de recursos — o atendimento às duas galerias próximas ao Pátio da Minerva e ainda à Sala Regina Real.

Para enfrentar o problema da insuficiência de recursos humanos, a solução vem sendo o aproveitamento da equipe antiga de forma mais efetiva. Porém, como o trabalho a ser realizado é muito abrangente, a área técnica, segundo Solange, necessita ser ampliada com urgência.

Para o reforço dos recursos financeiros, o caminho encontrado foi a priorização das necessidades visando a elaboração de projetos que possam obter apoio da iniciativa privada. O critério adotado é o de dar preferência aos projetos mais viáveis em termos de quantificação ou aos mais urgentes.

Atualmente estão sendo levantados possíveis investidores pois, segundo Solange, se o dinheiro destinado pela Nação é insuficiente para o desenvolvimento dos projetos, a saída é buscar recursos externos capazes de garantir sua continuidade.

próMemória e Funarte de olho na memória fotográfica



A fotografia tem comprovado, através dos tempos, ser um elemento de grande valor para a compreensão das diversas culturas. A importância da conservação e da pesquisa de técnicas adequadas à preservação de registros fotográficos de valor histórico, artístico e documental é, atualmente, uma realidade. Razões como esta é que levaram o Secretário da Cultura do MEC a assinar portaria criando o Programa Nacional de Preservação e Pesquisa da Fotografia, que prevê a existência de um órgão encarregado da conservação da memória fotográfica.

Nesse sentido, no último dia 13 de março, a Fundação Nacional próMemória e a Fundação Nacional de Arte — FUNARTE — firmaram entre si um termo de cooperação técnica, com a interveniência da Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, tendo como propósito a implantação e o funcionamento do Centro de Conservação e Preservação da Fotografia.

O CCPF deverá atender às necessidades de pesquisa sobre a estabilidade e a preservação da documentação fotográfica existente nos acervos de imagens do país, promover uma mobilização no sentido da conscientização sobre a importância da fotografia enquanto bem cultural e o intercâmnbio de informações decorrentes de pesquisas e levantamentos feitos pelas diversas instituições culturais.

Com a implantação do CCPF caberá à próMemória instalar os equipamentos fixos, tais como o arquivo de negativos, os sistemas elétrico, hidráulico e de condicionamento de ar, tanques, bancadas e mobiliário permanente; tambem, implantar a infra-estrutura das áreas de laboratório destinadas a processamento fotográfico, serviços de fotoduplicação, conservação, testes e pesquisas, cujos equipamentos e instrumental necessários ao funcionamento ficarão a cargo da FUNARTE.

De acordo com o termo de cooperação, o CCPF deverá ser instalado no edificio anexo à Casa de Benjamin Constant, localizada à Rua Monte Alegre n.º 255, bairro de Santa Tereza, Rio de Janeiro, logo após o término das obras de restauração que ali estão sendo executadas pela 6.ª Diretoria Regional da SPHAN/próMemória.

Durante as prospecções, que precederam a restauração, a equipe de arquitetura da próMemória pôde constatar que no prédio onde será instalado o CCPF vários acréscimos já foram efetuados desde a sua construção original. A prova disso é que não existe amarração entre algumas paredes e também há ausência de fundações em boa parte do prédio. Harlindis Viana, arquiteta responsável pelas obras, declara: "existem fundações apenas na parte do prédio que foi construída em primeiro lugar; os acréscimos que foram efetuados estavam apenas assentados sobre o terreno. Eles foram percebidos devido à falta de continuidade das paredes, ou seja, percebe-se nitidamente que algumas das alas da casa foram construídas posteriormente".

Todos os acréscimos prejudiciais à nova função do prédio onde será instalado o CCPF estão sendo eliminados. Um dos casos é o da escada que liga o primeiro ao segundo pavimento; ela era composta por dois lances e com a modificação foi reconstruída com apenas um, liberando uma porta que estava obstruída. As prospecções revelaram também a existência de janelas que já foram portas. Com a restauração, o imóvel voltará ao seu aspecto original.

Principais finalidades do CCPF: executar ações e projetos formulados pelo Programa Nacional de Preservação da Fotografia, cuja coordenação está a cargo da FUNARTE, através do Instituto Nacional de Fotografia — INFoto, e responsabilizar-se pelas atividades definidas pela Divisão de Registro e Documentação da SPHAN, efetuando o processamento e guarda do acervo fotográfico existente no arquivo da Administração da próMemória, no Rio de Janeiro.

O arquivo

Localizado à Rua da Imprensa, n.º 16, sala 812, Centro — Rio de Janeiro, o arquivo da próMemória possui em seu acervo toda a documentação referente aos monumentos tombados pela SPHAN. Segundo Edson Maia — responsável pelo setor — ali podem ser encontrados processos, plantas, relatórios de obras, documentação histórica e fotografias.

O material é arrumado em pastas individuais, conforme o monumento, arquivadas de acordo com o Estado a que se referem. A documentação que compõe o arquivo é proveniente de estudos realizados por técnicos da próMemória e tambem de doações feitas por particulares. Freqüentado por pesquisadores, estudiosos, estudantes, etc, o arquivo está aberto ao público de segunda a sexta-feira, de 10 às 17 horas.

Edson relata que o setor cresceu muito desde a sua entrada em 1951. "Na época existiam apenas doze arquivos, hoje eles são mais de cem". O espaço é um problema, segundo Edson. Os arquivos estão cheios e não é raro alguns documentos estragarem devido

ao grande acúmulo de papel em uma só gaveta. Com a inauguração do CCPF esse problema será reduzido, já que lá ficarão guardados todos os negativos que hoje se encontram no arquivo; entretanto, no lugar desses negativos que sairão — cerca de 36.000 — entrarão as inúmeras pastas que estão em cima dos móveis por falta de espaço. "O CCPF nos ajudará muito, pois além de ter laboratório para revelação dos filmes, terá também local apropriado para a guarda dos negativos, o que não existe aqui", completa Edson.

Fruto do esforço de duas instituições culturais — prόMemória e FUNARTE — o Centro de Conservação e Preservação da Fotografia será mais um reforço na luta pela valorização e preservação da memória nacional através da imagem.

INFoto dá o primeiro "clic"

O Instituto Nacional de Fotografia da FUNARTE realizou de 4 a 8 de março, no auditório do edifício-sede da Petrobrás, no Rio de Janeiro, o seminário "Preservação e Conservação de Fotografias". Tendo como enfoque principal a fotografia do século XIX, o evento, inicialmente planejado para no máximo cem participantes, contou com 250 inscritos, em sua maioria pessoas que trabalham em arquivos, responsáveis por acervos fotográficos, excedendo as expectativas.

Segundo Pedro Vasquez, diretor do INFoto, o seminário favoreceu uma troca de informações na área da fotografia e também desmistificou a idéia de que o Brasil está completamente defasado em relação ao resto do mundo. "O instrumental para conservação, por exemplo, não é tão misterioso. O problema é que não há escola de fotografia em nenhum nível no Brasil; existem apenas cursos. Portanto, o trabalho nessa área fica extremamente conturbado, pois dificulta a evolução profissional do fotógrafo", informa Pedro Vasquez.

Ele assegura que a maior dificuldade do técnico que lida com fotografia, verificada durante o seminário, é a de conseguir convencer a direção da instituição em que trabalha sobre a importância da preservação. "Esse — afirma — é o ponto crucial da questão. Temos que valorizar a fotografia, que em muitos casos é encarada como papel, onde se escreve, coloca-se clips ou grampeia-se com a maior naturalidade".

Para Pedro Vasquez a organização de eventos desse tipo possibilita ao INFoto, antes apenas um núcleo de fotografia, avançar cada vez mais no seu trabalho, sair fortalecido e poder colaborar para a conscientização das pessoas para a importância da fotografia e de sua preservação: "na verdade, nós realizamos o primeiro seminário internacional de preservação e conservação de fotografias. Já havíamos realizado alguns seminários nacionais, porém desta vez nós contamos com a participação de dois americanos de alto gabarito: James Reilly e Grant B. Romer, diretor do Photographic Preservation Laboratory — Rochester Institute of Technology — e conservador-chefe do International Museum of Photography da George Eastman House, respectivamente".

Além de participarem como expositores no seminário, os técnicos estrangeiros visitaram instituições e empresas no Rio de Janeiro e São Paulo, como o Museu da Imagem e do Som, a Editora Abril e o arquivo da Light, para melhor avaliarem o atual estágio do arquivo fotográfico no Brasil.

Dentro da programação paralela ao seminário foram promovidos a exposição "Alguns Mestres da Fotografia Brasileira no século XIX", na galeria de fotografia da FUNARTE, e o lançamento conjunto com a prόMemória do livro A Fotografia no Brasil, *de Gilberto Ferrez, no Salão Portinari do Palácio da Cultura, no Rio de Janeiro. Ainda no seminário foi distribuída uma apostila elaborada pelo técnico em preservação de fotografia, Sérgio Burgi, intitulada "Introdução à Preservação e Conservação de Acervos Fotográficos: Técnicas, Métodos, Materiais", onde são transmitidas informações técnicas e práticas, por exemplo: como acondicionar uma coleção, como limpar o daguerreótipo — primeiro processo fotográfico que existiu — entre outras. Além dessa apostila, foi passado um questionário destinado a fazer um balanço do nível de conhecimento dos participantes. "Tanto pessoas que foram parar num arquivo por acaso, quanto gente que já tem um trabalho em fotografia mais sedimentado", explica Vasquez.*

Na opinião de Pedro Vasquez o evento foi um sucesso, apesar das dificuldades na organização. "Realmente foi difícil, um trabalho de dois anos tentando a liberação dos técnicos estrangeiros e o patrocínio das passagens, conseguidas junto à Comissão Fullbright e ao Serviço de Divulgação e Relações Culturais dos EUA (USIS)". Para o próximo semestre já está previsto um segundo seminário, com a temática voltada para a produção fotográfica contemporânea.

Satisfeito com o sucesso obtido, Pedro Vasquez vê como solução ideal a realização de um seminário por ano, com participação de técnicos estrangeiros para haver possibilidade de atualização constante por parte dos profissionais brasileiros. "Nós temos a intenção de variar, buscar técnicos em todas as partes do mundo. Para o segundo seminário, marcado para outubro, temos uma promessa do Instituto Brasil-Estados Unidos (IBEU), que já nos apoiou no primeiro seminário, de trazer um técnico estrangeiro; agora precisamos encontrar alguém para trazer outro", conclui.

CONSELHO CONSULTIVO

Por ocasião de sua centésima décima quinta reunião, realizada no Rio de Janeiro a 7 de março, o Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional recomendou o tombamento dos seguintes monumentos: Casa de Saúde Carlos Chagas e antiga Estação Ferroviária, ambas do município de Lassance, Minas Gerais; prédio à Rua Gustavo Sampaio, 34, localizado em Antonio Prado, Rio Grande do Sul; e o "prédio da Light", à Avenida Marechal Floriano, 168, no Rio de Janeiro.

Durante a reunião, o então Presidente do Conselho, Secretário da Cultura do MEC, Marcos Vilaça, fez uma interrupção para informar sobre a notícia recebida pela SPHAN de que o imóvel à Rua dos Imigrantes, 307, no município de Antonio Prado (RS) — também em processo de tombamento — fora demolido pela Prefeitura local (ver OPINIÃO neste número). Em razão da precariedade das informações, o Presidente apresentou proposta, acolhida pelos Conselheiros, de se esperar maiores esclarecimentos da 10.ª Diretoria Regional da SPHAN, adiando a decisão sobre o caso para a próxima reunião.

Carlos Chagas e a Estação

Carlos Chagas formou-se em Medicina na Faculdade do Rio de Janeiro, em 1903, trabalhando no hoje Instituto Oswaldo Cruz, então dirigido pelo também cientista de mesmo nome. Devotou-se à pesquisa sobre a febre amarela e os resultados dessa dedicação se fizeram presentes dois anos depois, quando, a convite da Companhia Docas de Santos, dirigiu uma campanha de profilaxia, com finalidade de erradicar a malária naquela cidade. Sua teoria de que o mosquito transmissor da doença poderia ser combatido por inseticidas teve êxito e projetou-lhe o nome nos meios cultos nacionais e internacionais.

Em 1907, atendendo a uma solicitação do Ministro Miguel Calmon, Oswaldo Cruz designou Carlos Chagas para chefiar campanha semelhante no Vale do Rio das Velhas, onde a malária castigava duramente os operários do tronco mineiro da Estrada de Ferro Central do Brasil. Instalando-se em Beltrão, lugarejo mais ou menos a 20 quilômetros de Lassance (MG), com um vagão ferroviário como residência e local de trabalho, Carlos Chagas deu início à sua missão.

Desde logo obteve bons resultados, permitindo o prosseguimento regular dos serviços da companhia ferroviária. O cientista não se limitou, porém, a combater a malária. Profundamente humanista, ocupava quase todo o seu tempo prestando assistência médica a todos que o procuravam, sem distinção. Para maior conforto do cientista, a Estrada de Ferro Central do Brasil cedeu-lhe a casa que tinha servido de residência para o engenheiro-



Arquivo SPHAN

Casa de Saúde Carlos Chagas

CONSELHO CONSULTIVO

chefe daquela companhia. E foi nesse prédio que em 1909, após pesquisar a origem de outras doenças que infestavam a região, Carlos Chagas pôde dar conhecimento ao mundo da descoberta de uma nova tripanosomíase humana, denominada — em sua homenagem — "Doença de Chagas", em que ele, sozinho, estabeleceu a um só tempo a etiologia da doença, suas características patológicas e clínicas e sua prevenção.

Em 18 de abril de 1979, o Professor João Amilcar Salgado, coordenador da disciplina História da Medicina, da Universidade Federal de Minas Gerais, enviou ao então Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pedido de tombamento do prédio da atual *Casa de Saúde Carlos Chagas*, justificando sua atitude por ser aquela construção "o único marco visível da descoberta da Doença de Chagas", ocorrida naquele local, constituindo-se num dos maiores acontecimentos da história da ciência.

Este pedido foi respondido pelo IPHAN com a solicitação da necessária documentação para instruir o processo; o que não ocorreu. Novo pedido foi feito em 1984, acompanhado de razoável documentação, pelo Presidente da Fundação Oswaldo Cruz e pelo Secretário de Saúde do Governo de Minas, tendo em vista o "cinqüentenário do falecimento do eminente cientista".

O parecer da Coordenadoria de Tombamento da Diretoria de Tombamento e Conservação da SPHAN define o que significa inscrever a Casa de Saúde Carlos Chagas no Livro do Tombo: "Objetiva-se, com esse tombamento, homenagear a memória de Carlos Chagas, cientista brasileiro dos mais notáveis, tendo entre outros títulos, os de Diretor do Instituto Oswaldo Cruz, durante 20 anos, e de Diretor da Saúde Pública no Brasil".

No correr dos estudos para tombamento da Casa de Saúde Carlos Chagas, os técnicos da próMemória chegaram à conclusão de que seria importante também a preservação definitiva da *antiga Estação Ferroviária de Lassance*, devido à ligação existente entre as construções ferroviárias em Minas Gerais e a identificação do Trupanosoma Cruzi como produtor da Doença de Chagas. Na decisão do Conselho Consultivo de aprovar os tombamentos, não esteve em jogo o valor arquitetônico das duas construções, mas sua importância em termos de memória da ciência nacional, como explica o conselheiro Gilberto Velho, relator do processo: "a Casa de Saúde e a antiga Estação Ferroviária constituem o quadro físico e material memorável onde se desenvolveu a histórica pesquisa".



Arquivo SPHAN

Estação Ferroviária de Lassance

Antonio Prado

Localizado na encosta superior do nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, a antiga colônia de Antonio Prado foi criada oficialmente em 1886, sendo parte integrante do município de Vacaria. Em 1899 foi elevada à categoria de Vila. Antonio Prado, segundo a "Recomendación sobre la conservación de los bienes culturales que la ejecución de obras públicas o privadas pueda poner en peligro" — UNESCO, 1968 — é, sem dúvida, o município que apresenta o mais íntegro acervo de arquitetura urbana representativo da cultura da imigração italiana no Estado (SPHAN n.º 34, págs. 18 e 19).

As edificações, em madeira ou alvenaria rebocada, encontram-se disseminadas pelo núcleo de Antonio Prado, sendo, na maioria, construídas no início do século pela primeira geração dos filhos de imigrantes. As casas construídas pelos fundadores da antiga colônia são volumosas, amplas e espaçosas como as tradicionais moradias italianas.

Fronteira à praça central ergue-se a *Igreja Matriz*, construída por D. Alessandro Pelegrim, no período de 1891 a 1897, e que sofreu modificações posteriores, já incorporadas à sua feição original.

O conjunto de edificações mais significativas, na sede, também se situa próximo à praça. Ao longo da Avenida dos Imigrantes, em ambos os lados da Igreja, encontram-se algumas edificações — de madeira — dispersas. Destaca-se a "Casa da Dona Corona", com dois pavimentos e cobertura em quatro águas. Nas quadras da praça destacam-se, à esquerda, o prédio da antiga Prefeitura e, à direita, a "Casa da Dona Neni". Na quadra onde se situa este imóvel apresentam-se os mais notáveis exemplares de edificações de madeira com a tradicional ornamentação de lambrequins nas empenas voltadas para a rua.

CONSELHO CONSULTIVO



Vista geral da praça de Antonio Prado, tendo ao fundo a Igreja Matriz.



Arquivo SPHAN

Casarão de Madeira



Foto Ana Lucia Meira

Foto do imóvel à Rua dos Imigrantes, antes da demolição.

A "Casa da Dona Neni" ou "Casarão de Madeira" — como também é conhecida — à rua Gustavo Sampaio, 34, constitui-se num valioso documento da arquitetura urbana representativa da imigração italiana no Brasil. A recomendação para seu tombamento, solicitado pela 10.ª Diretoria Regional, esteve baseada, entre outros estudos, no parecer da Coordenadoria de Tombamento da DTC/SPHAN, que diz ser a proteção daquele imóvel a primeira medida de preservação do conjunto tradicional de Antonio Prado.

Segundo estudos apresentados no processo de tombamento, a necessidade de proteção para o conjunto arquitetônico do núcleo central de Antonio Prado impõe-se como forma de reconhecer a contribuição da imigração para a identificação cultural do Estado. "Todo esse imenso patrimônio, no entanto, só tem sido conservado graças ao zelo dos próprios habitantes, sendo muito poucas as alterações introduzidas em alguns imóveis", esclarece o relator do processo, conselheiro Alcídio Mafra de Souza.

Light

O primeiro contrato para fornecimento de energia elétrica na cidade do Rio de Janeiro — que era basicamente iluminada a gás — foi concedido à "William and Reid Co. Ltd.", em 1898, com privilégio exclusivo para estabelecer usinas hidrelétricas. Como a empresa não atendeu esta necessidade, a concessão foi transferida em 14 de outubro de 1907 para a empresa de origem canadense que começava a conquistar o mercado brasileiro: "Rio de Janeiro Light and Power Co. Ltd".

Março/Abril de 1985

SPHAN 35

*pró*Memória

CONSELHO CONSULTIVO



Arquivo SPHAN

Em janeiro de 1907 foi concluída a construção da primeira usina — provisória — em Ribeirão das Lages, pela Light. Desde então, a energia de lá derivada serviu na iluminação pública e particular e na tração dos bondes das Companhias Carioca e Vila Isabel, que cuidavam do transporte na cidade maravilhosa. A usina definitiva foi inaugurada em março de 1908.

1911: a Light instala-se na Avenida Marechal Floriano, 168, no centro do Rio de Janeiro, mesmo local onde antes havia estado a primitiva "Cia. de Carris Urbanos", de bondes puxados a burro. O novo prédio, todo construído em estrutura metálica, tem características do início do século. Seu andar térreo constituía garagem para bondes elétricos, com entrada pela fachada principal deste. Em 1932 deixa de ser garagem, sofrendo o prédio algumas reformas, para servir como novo local de atendimento ao público.

Embora bastante modificado internamente e alterado na sua feição original e entorno, o "prédio da Light" destaca-se pela escala, pelo envoltório e por constituir-se num dos poucos remanescentes das edificações que empregaram de forma pioneira as estruturas de aço, num momento em que ainda não se tinha encontrado linguagem arquitetônica apropriada para expressar a nova tecnologia.

Para o arquiteto da 6.ª Diretoria Regional da SPHAN, Antonio Pedro de Alcântara, essa circunstância empresta à edificação um crescente interesse didático-cultural como testemunho específico, no campo da arquitetura e da construção civil, da integração do país ao mercado internacional capitalista, na fase da revolução industrial e da expansão imperialista.

"Destacam-se como características importantes dessa edificação, reveladoras da época e de seu caráter de transição, a forma como a arquitetura e a estrutura convivem sem solidarizar-se; a forma como a edificação implantou-se na estrutura urbana; o fachadismo, herança colonial, expresso na diferença de tratamento das fachadas — o trato aplicado na fachada principal denuncia seu caráter meramente decorativo, através de uma síntese externa e convencional. De acordo com essa convenção a fachada apresenta, nas suas linhas gerais, o aspecto das ordens arquitetônicas da antigüidade clássica com a intenção de facilitar a apreciação das proporções e da relação entre os diversos elementos que a compõem", ilustra o arquiteto.

Em seu estudo sobre o "prédio da Light", Pedro de Alcântara diz ainda que a construção gramatical do imóvel reúne numerosas contribuições numa curiosa mescla em que identificam-se ressonâncias de composições dos grandes mestres renascentistas italianos e do classicismo francês, expressas com uma eloqüência já barroca.

Segundo o relator do processo de tombamento do "prédio da Light", conselheiro Américo Jacobina Lacombe, interessa à SPHAN não somente o edifício como também todos os elementos lá depositados (SPHAN n.º 33, págs. 33 e 34), montando um acervo que corresponde à memória histórico-artística do prédio e da companhia: "o prédio é o único exemplar não tombado dentre os que possuem maior volume e linguagem arquitetônica mais erudita, características dos edifícios públicos do início deste século.

"Mas não é apenas enquanto elemento de destaque em meio a um conjunto que o prédio é apontado como objeto de tombamento. Ele está ligado à história urbana brasileira, pelo papel pioneiro que desempenhou a Light como responsável pelos serviços de iluminação, fornecimento de energia elétrica, gás, transporte coletivo, comunicação telefônica e participação no abastecimento de água na cidade do Rio de Janeiro, bem como pela contribuição ao progresso da industrialização", esclarece o conselheiro.

Opinião

Implantação da pesquisa arqueológica no Jardim Botânico do Rio de Janeiro

* *João Conrado Niemeyer de Lavôr*

Próximo à rua Pacheco Leão, no Clube Caxinguelê, construíram na década de 70 um campo de futebol. No local, que é área pertencente ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro, existiu um cemitério de escravos e na ocasião da construção do campo surgiram ossos e com eles uma peça de metal em forma de cruz, pendendo de três extremidades, três moedas. Uma tem cunhada a figura de Luiz XIV, Rei de França de 1643 a 1715 e no verso um brasão encimado por uma coroa tendo, no seu interior, três flores de Lys. Na outra vê-se a figura de Francisco I, também Rei francês de 1515 a 1547, figurando no lado oposto, muito prejudicados pela ação do tempo, galhos com folhas não identificadas. A terceira moeda tem em ambos os lados inscrições orientais e um dos símbolos da inscrição, de acordo com informações obtidas, representaria o ano 123 do calendário muçulmano.

Pretendendo saber o significado da peça, já que não somos arqueólogos, consultamos o Museu Histórico Nacional e obtivemos os seguintes esclarecimentos:

"Trata-se de um relicário de origem grega, composto de caixa metálica em forma de cruz para conter relíquia, com a representação em relevo de Jesus Cristo com braços abertos, saindo do cálice litúrgico. As três moedas pendentes, originárias de diversos países, possuem conotação simbólica: "O Domínio da Fé Cristã sobre o mundo". A referida peça, pelas características formais e data inidentificável, das moedas, trata-se de exemplar do início do século XIX, repetindo modelo antigo e tradicional a cultura grega cristã".

Ainda na década de 70, em 1979, ao reformarem o restaurante da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) localizado na rua Jardim Botânico n.º 1.024, área que foi do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, foram encontrados ossos humanos que ficaram guardados até 1981 quando chegaram às nossas mãos, entregues naturalmente por força do tipo de pesquisa que realizamos, que é histórica, principalmente ligada a este órgão de pesquisa.

Em 15 de janeiro do mesmo ano, teve início a restauração do prédio da Diretoria do Jardim e na parte posterior do edifício escavaram um trecho para passagem de

tubulação subterrânea. Sabendo ter existido em ambas as áreas que eram ligadas outro cemitério de escravos, recomendamos aos operários o devido cuidado, pois deveriam aparecer ossos. Por sorte, o que suspeitávamos teve confirmação no dia seguinte, sendo todos recolhidos para análise; para isto solicitamos a colaboração do Museu Nacional, visando a datação do material e no dia 25 de agosto de 1982 recebemos as visitas dos Professores João Carlos Goldberg, estagiário do setor de Arqueologia daquele museu e Angela Maria Camardella Rabello, estagiária do mesmo setor e Professora Auxiliar do Convênio MEC/SESU, que, após exame das ossadas, sugeriram que procurássemos o Professor Tarcisio Torres Messias, da seção de Antropologia do mesmo museu, que, gentilmente, atendendo ao nosso pedido, procedeu ao exame dos ossos, dando o seguinte parecer:

"1.º — Pela reconstituição do material ósseo podemos dizer que se tratava de pessoas de complexão robusta de estatura mediana, mais ou menos 1,70m, do sexo masculino, pragmatismo acentuado, fronte inclinada, abertura periforme larga (camerrinos), sendo por estes dados classificáveis como negróides.

"2.º — Os ossos apresentam alto teor de material orgânico que diz não serem muito antigos, mas não podem ser considerados contemporâneos, regulando entre 200 a 300 anos, sendo perfeitamente plausível terem existido durante o período de escravidão. Não há nenhum vestígio de má formação ou doença óssea."

Tendo em vista sua opinião, os ossos são portanto anteriores à chegada de D. João ao Brasil, que, como sabemos, ocorreu em 1808.

Posteriormente a estes achados, em prospecções despretensiosas realizadas em 1981 pelo arquiteto do Jardim Botânico, Carlos Fernando de Moura Delphim e por nós, na parte posterior do Solar da Imperatriz, na Fazenda dos Macacos, imóvel também do Jardim, foram encontrados fragmentos de azulejos de duas padronagens que, examinados pela Diretora Substituta da Divisão de Estudos, Pesquisas e Tombamento do então Ministério da Educação e Cultura / SPHAN / prόMemória, Dra. Dora Monteiro e Silva de Alcântara, identificou-se como possivelmente de origem ibérica, embora, conforme esclareceu, a Holanda, no século XIX, tenha usado o mesmo tipo de policromia e motivos florais, só que neste último país a técnica decorativa era outra. Segundo ela, a dimensão da peça é fator importante para determinação da procedência e sendo os fragmentos pequenos, como no caso dos achados, torna-se difícil afirmar.

Ainda no mesmo ano, em escavações durante a obra realizada na parte externa da Casa dos Pilões, sede do Museu Botânico Kuhlmann, dependência do Jardim Botânico, surgiram várias peças de ferro pendentes de classificação, o que acreditamos acontecerá breve, pois agora mesmo está sendo pesquisado o interior da casa por arqueólogas. É evidente que ninguém está pensando em pesquisa pré-histórica e sim histórica, que nem por isto deixa de ser importante.

Com a realização de pesquisa idêntica nas proximidades das ruínas existentes e espalhadas por vários locais do Jardim, inclusive fora do parque, acreditamos que muitos objetos surgirão, tais como: porcelanas, moedas, etc. Das últimas temos duas de 40 réis, de 1830, a nós entregues por Arlindo Ferreira Ascensão, pessoa amiga, interessada, ligada ao Jardim Botânico que já havia encontrado dezoito outras moedas e que tem, devido a esta variedade de achados, acompanhado, da mesma forma que vários colegas, nossa luta pela implantação de um plano de pesquisa arqueológica, trabalho nunca realizado nos terrenos deste órgão e que desde a administração anterior desejávamos que fosse feito por técnicos no assunto.

Felizmente, graças ao apoio recebido pelo atual Diretor, Dr. Carlos Alberto Ribeiro de Xavier, que aprovou nossa idéia, veremos concretizada a sugestão, que contribuirá para ampliar a história do Jardim Botânico da cidade do Rio de Janeiro e, por que não dizer, do Brasil.

* *João Conrado Niemeyer de Lavôr*
Assistente da Diretoria do
Museu Botânico Kuhlmann
Bolsista do CNPq



Vista lateral da casa principal e frontal do acesso



Vista da capela onde todos os domingos é rezada missa matinal

Sítio Roberto Burle Marx

Quarenta e oito dias depois de o Conselho Consultivo do SPHAN ter aprovado o pedido de tombamento do sítio de propriedade do paisagista Roberto Burle Marx e de seu irmão Guilherme Siegfried Marx, situado na estrada da Barra de Guaratiba, 2019, Rio de Janeiro (RJ) (SPHAN n.º 34, pág. 39) a Fundação nacional pró-Memória efetuou a incorporação do imóvel, visando possibilitar seu funcionamento como centro estimulador do desenvolvimento de estudos que colaborem para a valorização do paisagismo e conservação da natureza.

Após contatos mantidos com a próMemória, o paisagista, que há muito desejava ver concretizado seu sonho de transformar o sítio em uma fundação capaz de colaborar para o aperfeiçoamento técnico de estudantes das áreas de botânica e arquitetura, decidiu doar-lhe a parte do imóvel que lhe cabia. Tendo o seu irmão concordado com a venda da metade restante, as negociações foram concluídas, culminando na incorporação.

O sítio, anteriormente denominado Santo Antônio da Bica, passa com o ato a chamar-se Sítio Roberto Burle Marx e entre suas atribuições, definidas no regimento interno aprovado dia 13 de março, constam a realização de pesquisas, seminários e outras atividades que contribuam para o conhecimento e valorização do paisagismo.

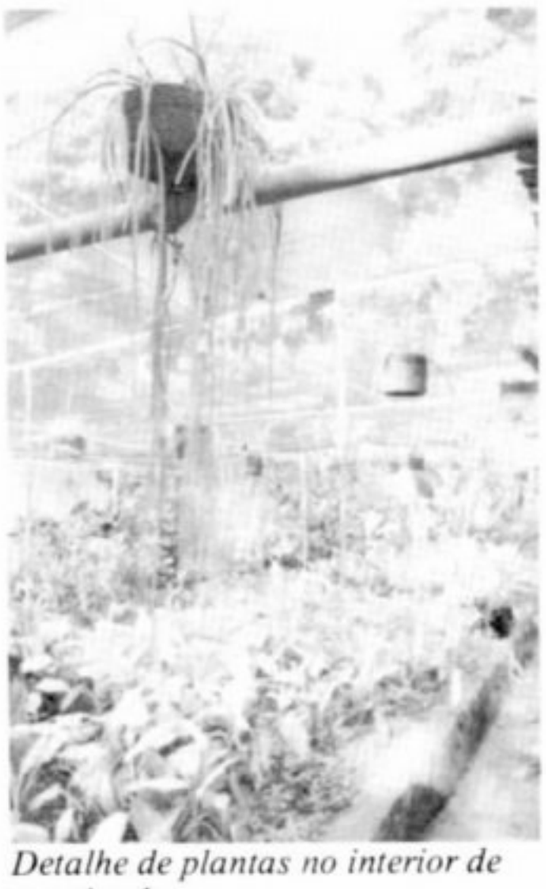
Entre os encargos assumidos pela próMemória com a incorporação, constam a garantia do funcionamento do Sítio como centro de estudos, a recuperação e a conservação do imóvel, a preservação da integridade fisica e institucional das coleções de plantas, cerâmica, arte sacra, pintura, livros e demais objetos. A direção dos trabalhos ficará a cargo de Burle Marx.



Montagem de um painel, pintado em azulejos por Burle Marx.



Vista de uma estufa que abriga mudas

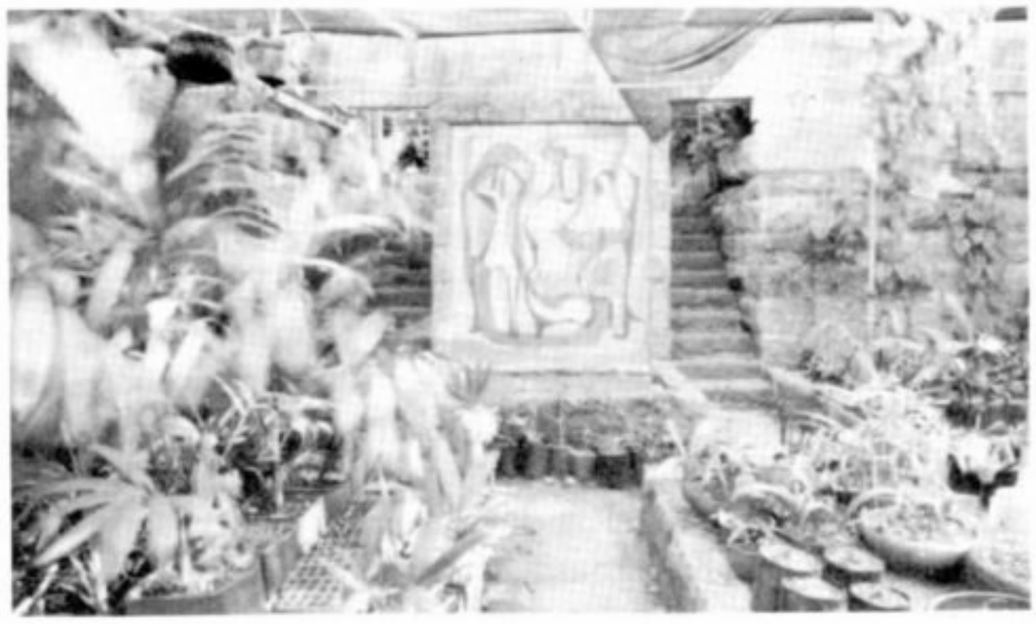


Detalhe de plantas no interior de um ripado.



No ripado, os trabalhadores cuidam da qualidade das plantas.

Fotos Eduardo Mello



Painel montado em pastilhas por Burle Marx no interior de um dos ripados

Março/Abril de 1985

SPHAN 35

*pró*Memória

NOTICIÁRIO

Fábrica Santa Amélia

A Diretoria de Tombamento e Conservação da SPHAN está estudando o pedido de tombamento da Fábrica Santa Amélia, em São Luís (MA), um dos mais significativos exemplares do processo de desenvolvimento da indústria de tecidos no Maranhão, iniciado em meados do século XIX em função da cultura algodoeira local.

O pedido foi encaminhado pela 2.ª Diretoria Regional da SPHAN que, após realizar um amplo estudo, evidenciando inúmeros elementos esclarecedores da importância da referida fábrica na história do Maranhão, concluiu ser o imóvel um exemplar dotado de notável valor histórico e artístico, estando inclusive situado em zona de interesse de preservação.



Histórico

O prédio onde funcionou a Fábrica Santa Amélia, situado à rua Cândido Ribeiro, 25, abrigou primeiramente a fábrica da Companhia de Lanifícios Maranhense, instalada em 1892. Com a falência desta — em decorrência da dependência de matéria-prima e maquinário ingleses, e da concorrência desleal exercida pela Inglaterra que colocava no mercado maranhense seus produtos acabados — o imóvel, com o maquinário, foi arrematado em leilão público por Cândido José Ribeiro, em 1902 e, somado à Fábrica São Luís, passou a constituir o "Cotonifício Cândido Ribeiro".

A fábrica funcionou durante 64 anos, chegando a contar com 298 teares e trezentos empregados, produzindo de dez a vinte mil metros diários de tecidos, que era exportado para diversos Estados brasileiros e ainda para países como Portugal, Espanha, Argentina, Venezuela e Chile.

Em 1966, as fábricas Santa Amélia e São Luís fecharam suas portas. Um dos fatores responsáveis pelo seu declínio foi a impossibilidade de renovação do maquinário utilizado — importado da Inglaterra a preços altíssimos — que com o crescente avanço tecnológico logo se tornou obsoleto. Impedidas de aumentar sua produção, as fábricas entraram em decadência, gerando desemprego e grave crise social. Outro fator significativo foi a falta de apoio federal. As fábricas, mesmo atendendo com sua produção às populações rurais, não mereceram qualquer incentivo do governo.

O imóvel

Construído em pedra, cal e tijolo, apresentando inicialmente partido quadrangular de dois pavimentos e mirante com cobertura de telha de barro tipo canal, o prédio, por ocasião da instalação da Fábrica Santa Amélia, teve reforçado seu sistema estrutural com a introdução de elementos metálicos como vigas, pilares, etc. Além disso, seu espaço foi ampliado com a construção de dois acréscimos laterais térreos de estrutura metálica modulada, importada da Inglaterra.

Seu corpo central é revestido por azulejos portugueses nas cores azul e branco e os laterais por reboco de cal, areia e barro. Internamente, em sua parte central, o andar térreo apresenta compartimentos ligados por grandes arcos e piso de cimento, presumivelmente encobrindo a pedra de cantaria. Próxima à porta principal, notável escada de metal em caracol, de origem inglesa, leva ao segundo pavimento onde o piso é assoalhado e o forro de madeira.

Embora a fábrica tenha sido desativada em 1966, o prédio segundo os estudos, conserva sua estrutura espacial muito próxima das condições originais. Sua parte central encontra-se isolada com alvenaria, abrigando ainda equipamentos, fotografias, livros e documentos. O restante da edificação está atualmente alugado ao INAMPS, que o utiliza como depósito.



Arquivo 2.ª DR

10.ª DR tem novo endereço



Após assinar, com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, o termo em que este lhe cedeu por comodato, durante um prazo de dez anos, a casa situada à avenida Independência, 867, a SPHAN/próMemória determinou a restauração do imóvel e, dois meses após o início das obras, ocorrido em janeiro, promoveu sua ocupação de acordo com a função que lhe foi destinada: servir de sede à 10.ª Diretoria Regional.

Na ocasião, o arquiteto Júlio Nicolau B. de Curtis, diretor da 10.ª DR, ressaltou a importância do fato, lembrando as dificuldades enfrentadas até 1978, quando o então IPHAN contava apenas com quatro distritos para efetuar a proteção de bens situados em todo o País. Segundo ele, os bens culturais do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, tombados a nível federal, encontravam-se, à época, sob a responsabilidade do 4.º Distrito — sediado em São Paulo — que, tanto pela escassez de recursos, quanto pela extensão da área geográfica a proteger, via-se impedido de oferecer um atendimento que excedesse às ruínas de São Miguel das Missões (RS) e à fortaleza da ilha de Anhatomirim (SC).

Disse ele: "No espaço de seis anos que medeia entre os percalços iniciais — quando a diretoria éramos nós e nossa casa, sua sede — e esta instalação, que se antevê duradoura, ocupada por um corpo técnico-administrativo eficiente, pensamos ter respondido à expectativa da sociedade a que servimos com a preservação de nossos bens culturais. Identificação, inventário, tombamento, restauração, proteção jurídico-administrativa, apoio técnico e financeiro às prefeituras consubstanciaram um fazer que a toda nossa equipe, espiritualmente, gratificou e alimentou".

Curtis atribuiu esta evolução, não só ao consenso em torno dos novos conceitos de bem cultural estabelecidos pela Carta de Veneza, como à criação da Fundação Nacional pró-Memória, que possibilitou a multiplicação das bases de atendimento, inventário e proteção desses bens, desdobrando os quatro distritos iniciais do antigo IPHAN em dez diretorias regionais.

Restauração

A casa, construída em 1901 em estilo *art noveau,* já teve restaurado todo o seu pavimento superior, onde está funcionando a DR. Os trabalhos abrangeram a recuperação do telhado e do forro — inclusive as instalações pluviais — reparos no soalho, revisão das instalações elétricas e hidráulicas. Além disso, no exterior do prédio, mereceram cuidados os elementos ornamentais, a escadaria de mármore e a fachada, que foi beneficiada com a aplicação de jatos de areia para limpeza.

Até agora, dos Cr$ 300 milhões em que a obra foi orçada, Cr$ 190 já foram empregados. O restante destina-se à restauração do pavimento inferior, prevista para os próximos meses. Terminada esta segunda etapa, a casa, que tem uma área total de 720m², além de melhor acomodar os funcionários da Diretoria, permitirá a instalação de laboratórios de fotografia, arqueologia e restauração de bens móveis, e ainda de um auditório destinado à realização de palestras, exposições e projeções de filmes.



Fotos Irene Santos

NOTICIÁRIO

No RS usina vira museu

Em plena região carbonífera do Rio Grande do Sul, a 55 km de Porto Alegre, situa-se o município de Arroio dos Ratos. Ali, a antiga usina de carvão da cidade será transformada em Museu do Carvão.

O novo centro difusor de cultura ficará sediado em uma área de... 2.126.070m² doada pela Copelmi — Cia. de Pesquisas e Lavras Minerais — ao Governo do Estado. O prédio foi construído com tecnologia alemã a partir de uma planta inglesa e está localizado na zona urbana de Arroio dos Ratos.

Nobres na mina

Desativada no final dos anos 40, a antiga usina de carvão já teve um de seus poços de extração inaugurados pela Princesa Isabel, há um século, quando ela visitou a região em companhia de seu marido, o Conde D'Eu. Na ocasião, em carta enviada a seus pais, a Princesa declarava: "Chegando a mina, teve lugar a bênção do novo poço que foi meu afilhado e a quem deram o meu nome. Vimos descer os mineiros e depois fomos nós. (...) A primeira impressão, ao percorrer as galerias estreitas e baixas, que indo sentada num carrinho baixo ainda assim precisava abaixar a cabeça, é impressão de opressão e perguntei-me se poderia suportar isso por muito tempo; acabei porém por acostumar-me lamentando entretanto a sorte penosíssima dos mineiros obrigados a 8 horas de trabalho, por dia, nessas profundezas apertadas. Na mina há muitas galerias, dois poços e a visita a ela é muitíssimo curiosa. O carvão é muito abundante e de muito boa qualidade. Não há grisou (gás inflamável) ao menos por hora".

Modelo

O Museu do Carvão será implantado dentro do programa Museu-Escola, preconizado pela UNESCO para que os museus não sejam apenas depósitos de coisas velhas, mas transformem-se em bancos de dados e mercados de idéias, acessíveis às escolas, universidades e público em geral.

Tendo como coordenadora e principal responsável pelo projeto de implantação a prof.ª Maria Luiza Chaves Barcellos, o novo museu já possui em acervo uma locomotiva — Maria Fumaça — doada pela Rede Ferroviária Federal, máquinas de escavação, vagonetes e alguns utensílios representativos da tecnologia do carvão. Maria Luiza apela para que o acervo do museu — documentos, fotografias, ferramentas e máquinas — seja constituído por doação da comunidade através de escolas e prefeituras localizadas na região carbonífera do Estado.

A pesquisa também terá seu espaço no Museu do Carvão. Atividades antropológicas, que ficarão a cargo do Museu de Antropologia do Rio Grande do Sul, serão ali desenvolvidas com a finalidade de definir as características do homem que trabalha nas minas. Além disso, será instalada uma biblioteca onde serão encontradas publicações sobre a história do carvão no Estado, as características do solo, subsolo, botânica e ainda uma unidade específica que tratará das questões da saúde dos mineiros, cuidados e precauções que devem ser tomados. Esta unidade funcionará com o apoio técnico da Secretaria de Saúde.

O acesso ao museu será feito através de um túnel, construído com o aproveitamento da valeta da antiga usina, que tem aproximadamente vinte metros e atingirá o subsolo, onde estarão localizados os laboratórios e departamentos de pesquisa. No parque do museu serão desenvolvidas diversas atividades esportivas como vôlei, basquete, tênis, handebol e natação.

A Prefeitura de Arroio dos Ratos tem colaborado com o projeto, fazendo o saneamento da área do museu, telhando o prédio e instalando sanitários, cozinha e churrasqueira. Maria Luiza destaca a importância do projeto: "Acreditamos que a proposição do Museu do Carvão é válida, a partir do momento da conscientização da população em recriar a memória do passado, a serviço da moderna tecnologia".





Arquivo 10.ª DR

NOTICIÁRIO

Villa-Lobos, disco e dança

O Museu Villa-Lobos promoveu, no dia 5 de março, na sede do Museu Histórico Nacional, o lançamento do disco "Festival Villa-Lobos 1984", elaborado com base no "III Concurso Internacional de Violão", realizado em novembro passado. O evento, que contou com a presença de diversas autoridades, serviu, paralelamente, para comemorar a data do nascimento de Heitor Villa-Lobos, ocorrido há 98 anos.

No "Festival Villa-Lobos 1985", o destaque continuará por conta do Concurso Internacional, cujas inscrições já se encontram abertas e que enfocará, desta vez, as obras do compositor destinadas à execução de dança-solo.

Disco

O LP "Festival Villa-Lobos 1984", produzido sob o habitual patrocínio da Coca-Cola Indústrias Ltda., traz em suas nove faixas algumas das melhores manifestações da genialidade de Villa-Lobos, por ele dedicadas ao violão.

O lado A inicia com o "Sexteto Místico", para flauta, oboé, saxofone alto em mi bemol, harpa, celesta e violão, executados por Carlos Seabra, Elza Martins, Bruno Mendonça, Maria Celia Machado, Sonia Vieira e Carlos Alberto Baptista de Carvalho, respectivamente, sob a regência de Noel Devos. Nas outras fixas, Paulo Roberto Porto Alegre Soares — Prêmio Villa-Lobos — interpreta os "Estudos n.º 5 e 10"; Fernando Araújo de Paula — Prêmio Turíbio Santos — executa o "Prelúdio n.º 2" e o "Schottish — Choro"; cabendo a Carlos Alberto Baptista de Carvalho — Prêmio Julien Bream — o encerramento, com a "Valsa Choro".

O "Concerto para Violão e Pequena Orquestra", no lado B, é dividido em três movimentos e interpretado pela Orquestra Sinfônica do Teatro Municipal, sob a regência de Henrique Morelenbaum. Nas três faixas participa, como solista, o vencedor do Concurso, Paulo Roberto Porto Alegre Soares.

Gravado ao vivo, no auditório da Caixa Econômica Federal e no Teatro Municipal, por ocasião, da realização das provas do Concurso, o LP "Festival Villa-Lobos 1984" traz em seu conteúdo toda a técnica criadora de Heitor Villa-Lobos, repleta, por vezes, de total novidade e anti-academicismo.



I Concurso Internacional de Dança

Apresentar ao público a obra "Gênesis", de Villa-Lobos, composta sob encomenda de famosa bailarina do Metropolitan Opera House para ser dançada por solista com acompanhamento de orquestra, é o principal objetivo do I Concurso Internacional de Dança a ser realizado, de 17 a 27 de novembro, pelo Museu Villa-Lobos.

O Concurso, que integra o Festival Villa-Lobos 1985, é extensivo a solistas de ambos os sexos, com idade entre 15 e 35 anos e englobará, além de obras de Villa-Lobos, peças de outros compositores brasileiros à escolha dos candidatos.

As duas fases, eliminatória e semifinal, darão origem a cinco finalistas, aos quais serão conferidos os seguintes prêmios: 1.º lugar, Prêmio Villa-Lobos — medalha de ouro, diploma e cinco milhões de cruzeiros; 2.º lugar, Prêmio Maria Olenewa — medalha de *vermeil,* diploma e três milhões de cruzeiros; 3.º lugar, Prêmio Vaslav Veltchec — medalha de prata, diploma e dois milhões de cruzeiros; 4.º e 5.º lugares, Menção Honrosa — medalha de bronze.

A todos os semifinalistas serão destinados certificados de participação e as inscrições deverão ser efetuadas até o dia 10 de agosto, na sede do Museu Villa-Lobos, à Rua da Imprensa, 16, sala 913 — Cep. 20.030 — Rio de Janeiro (RJ), onde os interessados poderão obter maiores esclarecimentos sobre as normas e regulamento do Concurso.



Março/Abril de 1985

SPHAN 35

*pró*Memória

NOTICIÁRIO

Cooperação Mobral/próMemória

Dois termos de cooperação técnica foram firmados, no último dia 11 de março, entre a Fundação Nacional próMemória e a Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBRAL.

O primeiro dos acordos visa instituir um sistema de cooperação mútua entre os órgãos, tendo como finalidade contribuir para um correto equacionamento de questões relativas à implantação de museus comunitários, e ampliar a troca de informações e divulgação sobre os trabalhos que realizam em áreas de interesse comum.

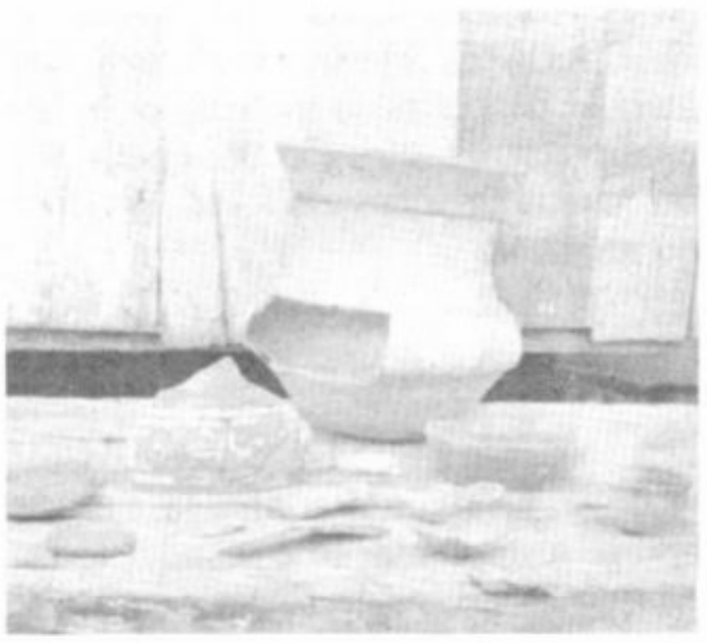
Segundo o acordo, entre as atribuições da próMemória estão analisar as propostas de implantação de museus, assistência técnica, treinamento de pessoal e implantação de programas educativos encaminhados pelo MOBRAL; promover a articulação entre cientistas e pesquisadores com o objetivo de proceder ao levantamento e seleção de dados e bens a serem utilizados nos diversos programas; e também, selecionar edificações de valor histórico que se prestem à implantação de museus, elaborando os projetos de adaptação necessários.

Ao MOBRAL caberá fazer constar de seus programas de trabalho informações e orientações voltadas a reforçar a ação conjunta e promover o intercâmbio de documentos e material informativo existentes em seus arquivos.

O segundo contrato tem como propósito incentivar a participação das comunidades no inventário dos sítios arqueológicos do país, despertando assim o interesse pela sua conservação e preservação, além de promover o levantamento dos sítios arqueológicos existentes para fins de registro, bem como a ação preventiva de busca e recuperação de peças extraviadas.

O primeiro trabalho nesse sentido, realizado após a assinatura do termo de cooperação, ocorreu no município de Itamarati (AM), onde foi encontrada uma vasilha de cerâmica. Logo ao ser informado do acontecimento, o Núcleo de Arqueologia da próMemória designou a arqueóloga Rosana Pinhel Mendes para ir ao local e verificar a nova descoberta. Ao chegar a Itamarati, Rosana constatou que a cidade foi erguida sobre um sítio arqueológico; a prova disso é que nos trabalhos de abertura de uma avenida apareceu uma camada de aproximadamente 40 a 60 centímetros de espessura, repleta de material arqueológico. Algumas das peças encontradas foram recolhidas por uma professora do MOBRAL e pelo pároco local, os quais, segundo Rosana, parecem estar entre as poucas pessoas da cidade que realmente compreendem o valor do material, que atualmente está sendo analisado a fim de se verificar sua datação e possível procedência.





Fotos Rosana Mendes

Série Preservação

O Laboratório de Conservação e Restauração de Documentos Gráficos-LACRE, da Fundação Casa de Rui Barbosa, lançou o folheto número 1 da Série Preservação, que pretende divulgar informações básicas sobre a preservação de livros, manuscritos, desenhos e outros materiais de bibliotecas e arquivos. Será dirigida não somente ao profissional em restauração, mas principalmente ao bibliotecário, ao arquivista ou cidadão comum que necessite de informação sobre a preservação de coleções pequenas e que tenha pouco conhecimento e experiência.

O folheto está à venda na Fundação Casa de Rui Barbosa, à Rua São Clemente, 134 - Botafogo, CEP 22.260 — Rio de Janeiro (RJ) e pode ser enviado para outros Estados pelo reembolso postal.

INF Concurso Sílvio Romero 1985

Estão abertas as inscrições para o Concurso Sílvio Romero de Monografia, promovido anualmente pelo Instituto Nacional do Folclore. Criado em 1959 pela antiga Campanha do Folclore para incentivar o estudo e a realização de trabalhos sobre cultura e folclore brasileiros, o concurso só aceita monografias inéditas. O autor do trabalho vencedor terá direito a um prêmio no valor de Cr$ 2 milhões, além da publicação da obra.

Os interessados devem entrar em contato com o INF, na Rua do Catete, 179 — Rio de Janeiro — CEP 22.220, para conhecimento do regulamento e inscrição.

Convênios e Contratos

A Fundação Nacional próMemória liberou, neste bimestre, recursos financeiros para os seguintes convênios e contratos assinados:

1 com o Instituto Nacional de Artes Cênicas — INACEN, tendo como propósito atender despesas do plano orçamentário das Federações Estaduais de Teatro Amador.

Os recursos serão investidos em atividades organizadas pelo movimento federativo como: reuniões, debates, palestras e oficinas;

2 com o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico — IEPHA, visando a alocação de recursos financeiros destinados a atender despesas na recuperação de toda a cobertura do telhado e imunização da casa de Juscelino, localizada em Diamantina-MG;

3 com a Fundação Joaquim Nabuco — FUNDAJ, tendo como objetivo destinar verbas para as obras de ampliação da Biblioteca Blanche Knopf;

4 com a Oficina Literária Afrânio Coutinho-RJ, com o propósito de implementar a programação cultural daquela entidade;

5 com a Ordem dos Velhos Jornalistas visando atender despesas com a publicação da revista daquela instituição, que é de natureza cívica e cultural;

6 com o Instituto Municipal de Arte e Cultura — RIOARTE, com o próposito de alocar recursos financeiros para a execução do projeto de editoração do livro *Guignard*, composto de registro fotográfico e texto crítico sobre a obra de Guignard intitulada "Paisagem de Olinda", pintada no teto da sede do RIOARTE;

7 com a Faculdade de Ciências da Administração do Limoeiro — FACAL/PE, tendo como objetivo atender despesas na realização de encontros, seminários e conferências sobre temas de interesse local, estadual ou regional;

8 com a Fundação Espaço Cultural da Paraíba, a fim de apoiar a implantação e instalação do Museu José Lins do Rego;

9 com o Instituto Nacional de Artes Cênicas — INACEN, visando atender despesas com reparos parciais do telhado do prédio da Sociedade Dramático-Musical Carlos Gomes, situado à rua 15 de novembro n.º 1.181, em Blumenau (SC);

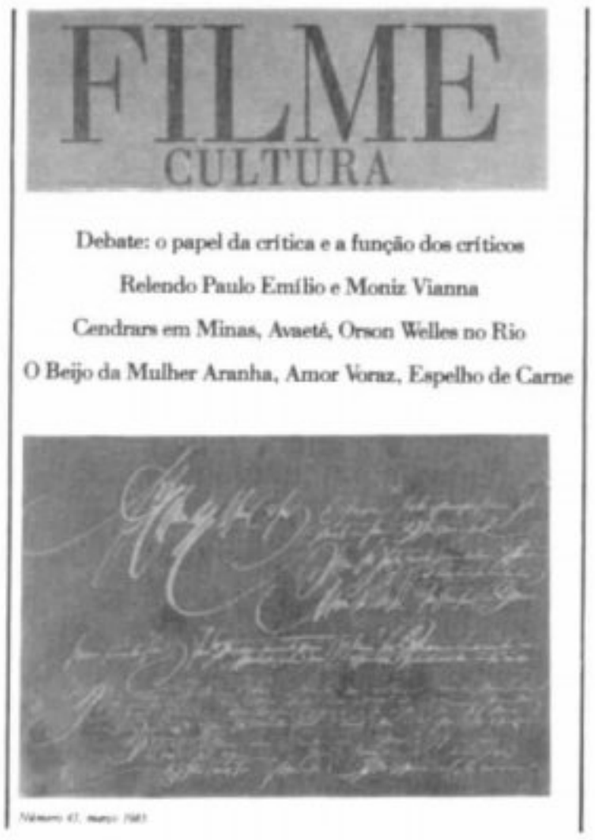
10 com a Sociedade Brasileira de Médicos Escritores — Regional de PE, tendo como propósito alocar recursos financeiros para a complementação das obras nas dependências da SOBRAMES (SPHAN n.º 32, pág. 48);

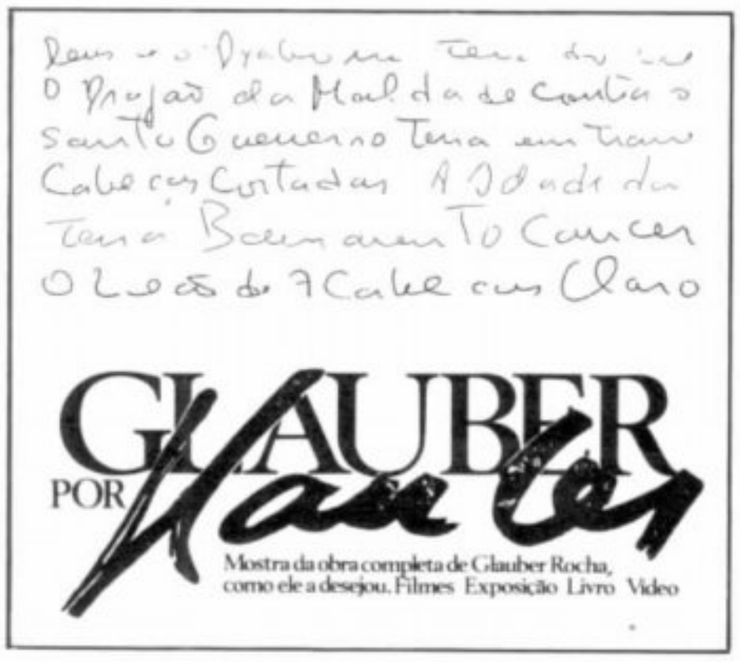
11 com a Associação da Imprensa de Pernambuco, com objetivo de promover a ampliação e manutenção das atividades do Centro de Cultura da AIP;

12 com o Instituto Nacional de Artes Cênicas — INACEN, alocando recursos financeiros para a realização do III Seminário Nacional de Artes Cênicas na Aldeia de Arcozelo, município de Vassouras (RJ);

13 com a União Brasileira de Escritores/SP, para a realização do Seminário Internacional de Legislação Comparada na área da cultura.

Livros/Lançamentos















Os livros lançados no bimestre março/abril, pela Secretaria da Cultura do Ministério da Cultura, são os seguintes:

VANGUARDA, DO CONCEITO AO TEXTO
Margarida de Aguiar Patriota
próMemória/INL/Ed.
Itatiaia 4.000,

OS CAVALEIROS DAS SETE LUAS
Bartolomeu Campos Queirós
próMemória/INL/Ed.
Miguilim 5.000,

TEXTOS SELECIONADOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA
Eurides Brito
próMemória/INL/Ed.
Hucitec 2.200,

ROTEIROS DO 3.º MUNDO
Glauber Rocha (organizado por Orlando Senna)
EMBRAFILME Grátis

CATÁLOGO DA MOSTRA GLAUBER POR GLAUBER
EMBRAFILME Grátis

FILME CULTURA N.º 45
EMBRAFILME Grátis

PROJETOS DE CURTAS E MÉDIAS-METRAGENS
EMBRAFILME Grátis

POSTOS DE VENDAS

- Instituto Nacional do Livro - INL
  — Rua da Imprensa, 13/1511 — Centro — Rio de Janeiro-RJ — CEP 20030
  — Rua Apa, 83 — Campos Elísios — São Paulo-SP — CEP 01201
  — SCLN, Quadra 704/705, bloco c/40 — Brasília-DF — CEP 70710
- Empresa Brasileira de Filmes S.A. — EMBRAFILME
  — Rua Mayrink Veiga, 28 — Centro — Rio de Janeiro-RJ — CEP 20090

Cartas

"No Boletim SPHAN de setembro/outubro de 1983, li uma matéria sobre a possibilidade do Centro Histórico de Salvador vir a se tornar parte da lista dos bens considerados Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO e as medidas que a SPHAN tomou para que este projeto se concretizasse. Ainda na matéria, li que a decisão final da UNESCO sairia no final de 84. Como não recebo o Boletim SPHAN desde o número 30, gostaria de saber qual foi a resposta do Comitê da UNESCO. Além disso, gostaria de saber por que não mais recebo os Boletins SPHAN. Como já disse, o último que recebi foi o número 30. Desde já agradeço, esperando uma resposta satisfatória brevemente.

— Antônio Roberto Ferreira da Silva — Av. Goiás, 971, apt.º 1102 — Centro — Goiânia-GO.

N.R. — Em atenção à sua consulta, de 24 de maio, sobre a possibilidade do Centro Histórico de Salvador integrar a lista de bens considerados Patrimônio Cultural da Humanidade, temos o prazer de informar que, na reunião do Patrimônio Mundial, realizada em junho de 1985, na sede da UNESCO, em Paris, a SPHAN apresentou três propostas para análise visando ao título de Patrimônio Cultural da Humanidade: o Centro Histórico de Salvador, o Santuário de Bom Jesus do Matosinhos, em Congonhas do Campo (MG), e o Parque Nacional do Iguaçu, no Paraná.

Os dois primeiros bens já contam com parecer favorável do Bureau do ICOMOS, que é o órgão consultivo do Conselho do Patrimônio Mundial para a área da cultura, e a decisão se dará na reunião a ser realizada em Paris, em dezembro próximo.

Sobre o recebimento dos Boletins, esclarecemos que sua remessa está em dia, pois o n.º 30 foi o último publicado até então, já que tivemos problemas que atrasaram as edições.

"Tendo recebido recentemente o n.º 31 do Boletim SPHAN, constatei um engano na matéria São João Del Rey Inaugura Museu. *A fotografia publicada como sendo a do prédio do Museu de Arte Sacra é da antiga residência do Barão de Itambé e não a do imóvel localizado na praça do Embaixador Gastão Cunha, n.º 8.*

"O projeto do Arquiteto Alvino Costa Filho contou com minha assessoria museológica no planejamento, reforma do prédio e montagem do Museu. Para o arquivo da Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional envio duas fotos do prédio do Museu: antes e após a reforma.

"À Biblioteca Noronha Santos tenho a satisfação de remeter o Catálogo dos Museus do Brasil, publicado pela Associação Brasileira de Museologia".

— Fernando Menezes de Moura. Rua das Laranjeiras, 43, apto. 1203 — Laranjeiras — Rio de Janeiro-RJ — CEP. 22.240 — Tel.: 205-5830.

N.R. — Agradecemos imensamente a valiosa colaboração prestada ao Boletim SPHAN e concordamos plenamente com as observações feitas. Retificamos dizendo que a foto publicada na pág. 14 do Boletim n.º 31 é da antiga Casa de Intendência e não do Museu de Arte Sacra.

"O crescimento de uma consciência nacional, voltada para o conservacionismo de nosso passado histórico é uma grande realidade.

"O órgão provocador de todo esse novo movimento é, sem sombra de dúvida, o Boletim SPHAN/pró-Memória, que venho recebendo com grande regularidade, proporcionando sempre o maior agrado.

"Os editoriais, reportagens, informes e material fotográfico são bem selecionados e constituem fator de divulgação do que é feito em nosso país.

"Renovando meu interesse em continuar a ser beneficiário da Revista, apresento minhas felicitações pela publicação que, a cada número, mais se aperfeiçoa."

— Jayme Alcides Pereira — Rio de Janeiro.

NR — SPHAN/prόMemória agradece.

EXPEDIENTE

Editado pela Fundação Nacional prόMemória

EDITOR RESPONSÁVEL
Maria de Lourdes Castro Oliveira

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO
Mauro Jorge Cunha Chaves

CHEFE DE REDAÇÃO
Maria da Graça Nobre Mendes

REDAÇÃO
Marcus Vinicius De Lamonica Freire
Maria da Graça Nobre Mendes
Francisco Cereto
Laudessi Torquato
Lúcia Cristina de Oliveira
Rodney Dias Ribeiro
Stella Aponte Caymmi

COLABORADORES
Júlio Nicolau B. de Curtis
Ulisses Lacava

REVISÃO
Maria da Graça Nobre Mendes
Lilian M. G. Lopes da Silva

PRODUÇÃO GRÁFICA
Aimojara Xavier
Gioietta Lana

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO
Editora Lidador Ltda.
Rua Hilário Ribeiro, 154
Tels.: 284-7594 e 284-7685